

**DIRETRIZES PARA A  
CONSTRUÇÃO DOS  
PLANOS LOCAIS DE  
RETORNO ÀS  
ATIVIDADES DA  
EDUCAÇÃO  
MUNICIPAL DE  
NITERÓI**

CUIDAR DE SI, DO OUTRO E  
DO AMBIENTE EM TEMPOS  
DE COVID-19



PREFEITURA  
**NITERÓI**

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**DIRETRIZES PARA A CONSTRUÇÃO DOS PLANOS  
LOCAIS DE RETORNO ÀS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO  
MUNICIPAL DE NITERÓI**

**Niterói  
Julho de 2021**

# FICHA TÉCNICA

**Prefeitura Municipal de Niterói**

Axel Grael

**Secretaria Municipal de Saúde / Fundação Municipal de Saúde**

Rodrigo Oliveira

**Subsecretaria Municipal de Saúde**

Camilla Maia Franco

**Assessoria Técnica – SMS/Fundação Estatal de Saúde Niterói**

Mirian Ribeiro Conceição

**Coordenação de Vigilância em Saúde de Niterói - COVIG**

Ana Lucia Fontes Eppinghaus

**Coordenação do Programa Saúde na Escola**

Isabel Do Vale Pereira Silva Carvalho

**Coordenação Executiva PMF - VIPACAF**

Georgia Ribeiro de Marcarenhas

**Coordenação PMF - VIPACAF**

Miriam Rangel Barquette

**Diretoria da VIPACAF**

Vinicius Mendes da Fonseca Lima

**Parceria Institucional:****Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia**

Vinicius Gomes Wu

**Fundação Municipal de Educação**

Fernando Soares da Cruz

**Revisão**

Cristina Ferreira Gonçalves Padilha

**Arte e Diagramação**

Aline Javarini

**Saiba Mais**

Site da Prefeitura: <http://www.niteroi.rj.gov.br/>

Facebook da Prefeitura: <https://www.facebook.com/PrefeituraMunicipaldeNiteroi>

Site da FME: <http://www.educacaoniteroi.com.br/>

Site do Portal Educacional da FME: <http://www.portal.educacao.niteroi.rj.gov.br/>

# SUMÁRIO

**O QUE JÁ FOI REALIZADO 7**

**NORMAS DE SEGURANÇA  
PARA A ALIMENTAÇÃO  
ESCOLAR 27**

**INFRAESTRUTURA,  
ATENDIMENTO E QUADRO  
DE PROFISSIONAIS 49**

**CURRÍCULO E AVALIAÇÃO  
NO PERÍODO  
EMERGENCIAL 70**

**AS NORMAS DE  
SEGURANÇA SANITÁRIA 14**

**A INTERSETORIALIDADE  
COMO ESTRATÉGIA DE  
TRANSIÇÃO 35**

**REORGANIZAÇÃO  
DO ANO LETIVO 66**

**CONSIDERAÇÕES  
FINAIS 76**



**1 0 QUE JÁ  
FOI REALIZADO**

Desde o início da suspensão das aulas presenciais, no dia 16 de março de 2020, em função da pandemia ocasionada pela COVID-19, a Prefeitura de Niterói, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia (SEMECT) e a Fundação Municipal de Educação (FME), tem buscado dar suporte às famílias dos estudantes matriculados na Rede Municipal de Educação.

The logo features a stylized orange virus particle icon to the left of the text "#NiteróiContraoCoronavírus". The text is in a bold, sans-serif font, with "#Niterói" in orange and "ContraoCoronavírus" in dark blue.

No mês de abril foram distribuídas cestas básicas nas escolas municipais de Niterói e em vários pontos da cidade, no intuito de garantir a alimentação das crianças, uma vez que, com o fechamento das unidades de educação, tornou-se inviável a distribuição de merenda.

Outra iniciativa importante foi a distribuição de cartões do Programa Renda Básica Temporária às famílias dos estudantes, com um auxílio mensal de R\$ 500,00 (quinhentos reais), previsto, inicialmente, para os meses de maio, junho e julho.



PROGRAMA  
**RENDA BÁSICA  
TEMPORÁRIA**  
PREFEITURA DE NITERÓI

A fim de minimizar os impactos das medidas de isolamento social na aprendizagem dos estudantes, considerando a longa duração da suspensão das atividades educacionais de forma presencial nos ambientes escolares, realizaram-se atividades pedagógicas não presenciais, visando, em primeiro lugar, evitar o retrocesso de aprendizagem por parte dos estudantes e a perda do vínculo com a escola, o que pode levar à evasão e ao abandono. Nesta perspectiva, algumas medidas foram adotadas, como:



*contato com os responsáveis e estudantes através de mídias sociais, realizado pelas unidades de educação;*



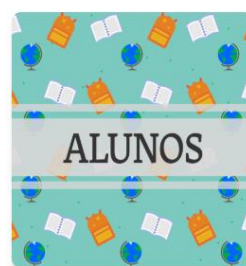
*elaboração de materiais pedagógicos para os estudantes, realizada pela Diretoria de 1º e 2º ciclos e Diretoria de 3º e 4º ciclos da SEMECT/FME;*



*lançamento de edital para profissionais da Rede Municipal de Educação, com vistas à elaboração de materiais para alimentar o Portal Educacional da SEMECT/FME;*



*oferecimento de material pedagógico para os estudantes e de conteúdos para os profissionais da educação, por meio do Portal Educacional;*



- ✓ estabelecimento de contato com os estudantes para orientações e esclarecimento de dúvidas, por meio de chat disponibilizado no Portal Educacional;



- ✓ entrega de materiais pedagógicos aos estudantes (kit para Educação Infantil e 1º ciclo do Ensino Fundamental, cadernos pedagógicos *Caminhos de Aprendizagens*, a partir do 2º ciclo do Ensino Fundamental, incluindo a Educação de Jovens e Adultos – EJA);



- ✓ orientação para o estabelecimento de contato dos professores de apoio e professores que atuam nas salas de recursos junto aos estudantes com deficiência;



- ✓ acolhimento às iniciativas das escolas, com o uso de plataformas de conteúdos e de mídias sociais.





Além disso, foi estabelecida uma parceria com a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e a Fundação Municipal de Saúde (FMS) do município de Niterói para a elaboração de protocolos sanitários, considerando a necessidade de estruturação de um Plano de Retorno às Atividades Presenciais, no momento em que a cidade atinja o estágio de transição gradual adequado para a volta dos estudantes às unidades de educação. Este plano prevê cinco fases para sua concretização, a saber:


*FASE 1 – Realização de estudos sobre as possibilidades de adequação das unidades de educação para a volta dos estudantes no período emergencial.*

*FASE 2 – Elaboração de propostas e recomendações.*

*FASE 3 – Planejamento do cronograma de retomada.*

*FASE 4 – Apreciação e validação dos protocolos e das diretrizes por diferentes instâncias.*

*FASE 5 – Construção de Planos Locais pelas unidades de educação.*




Uma vez que as fases estejam concluídas, será iniciado o processo de retomada de atividades presenciais nas escolas da Rede Municipal de Educação, desde que a cidade se encontre no estágio de transição gradual adequado para que os estudantes frequentem as aulas em segurança e as medidas sanitárias indicadas pela SMS/FMS sejam cumpridas.



## **2 NORMAS DE SEGURANÇA SANITÁRIA**

Mediante o cenário mundial de contágio pela COVID-19 e os riscos ocasionados pelo contato social, faz-se necessário atentar para medidas de higiene e saúde apontadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pela SMS/FMS do município, no intuito de prevenir as comunidades escolares.

Lembramos que as medidas de controle da pandemia de COVID-19 são pautadas em evidências científicas e na análise de informações municipais estratégicas. Neste contexto, acreditamos ser prioritária a criação de um campo de comunicação e colaboração com a população e com os diferentes setores de trabalho. Assim, o direcionamento das ações nos espaços escolares, visando à proteção dos profissionais e estudantes da escola, está voltado para orientações gerais fundamentais, tais como:

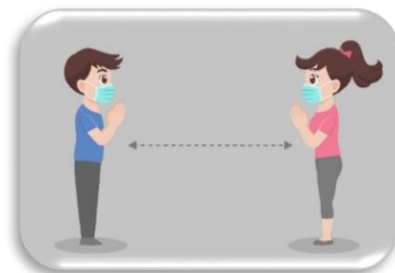


*distanciamento social e interpessoal, cuidados quanto à higienização dos ambientes, higiene pessoal, uso de equipamentos de proteção individual, cuidados no atendimento ao público, triagem escolar e afastamento de casos positivos ou suspeitos.*

## 2.1 Distanciamento social e interpessoal

No que tange ao distanciamento social e interpessoal, alertamos às unidades de educação para o atendimento às seguintes normas de segurança:

Manter o distanciamento mínimo obrigatório em sala de aula de 1m; para os demais espaços coletivos manter 1.5m de distanciamento interpessoal, sempre com o uso correto de máscaras.



adotar regimes de escala, revezamento, alteração de jornadas e/ou flexibilização de horários de entrada, saída e almoço, respeitando o teto de operação e o teto de ocupação dos espaços físicos de trabalho;

reorganizar as mesas ou estações de trabalho, marcando no chão suas posições, para atender ao distanciamento mínimo recomendado;



vedar a realização de eventos e a realização de reuniões presenciais em áreas fechadas. Quando não for possível tal medida, reduzir a sua duração e o número de participantes, obedecendo às regras de distanciamento mínimo, devendo ainda disponibilizar materiais para proteção pessoal (máscara) e higienização (álcool 70% e/ou preparações antissépticas) dos presentes;

implementar corredores de sentido único para coordenar os fluxos de entrada e de saída dos estabelecimentos, respeitando o distanciamento mínimo entre pessoas;



organizar o distanciamento com marcas no chão, obedecendo à distância mínima, caso haja a necessidade de filas para entrada em algum ambiente.

## 2.2 Higienização dos ambientes

Em relação aos cuidados quanto à higienização dos ambientes, é preciso atentar para as seguintes medidas de proteção:

higienizar as superfícies de toque (ex.: corrimãos de escadas e de acessos, maçanetas, interruptores, botões de elevadores, telefones, mesas, balcões etc.), a cada turno e a cada dia, com álcool 70% e/ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar, sob fricção







higienizar pisos, paredes, banheiros, refeitórios, vestiários etc., a cada turno e a cada dia, assim como os veículos de transporte coletivo (respeitando as orientações de retorno do público da Educação Especial, descritas mais adiante), preferencialmente com álcool 70%, hipoclorito de sódio 0,1% (água sanitária) ou outro desinfetante indicado para este fim;

manter portas e janelas abertas, com ventilação adequada, exceto em locais não permitidos por questões sanitárias;



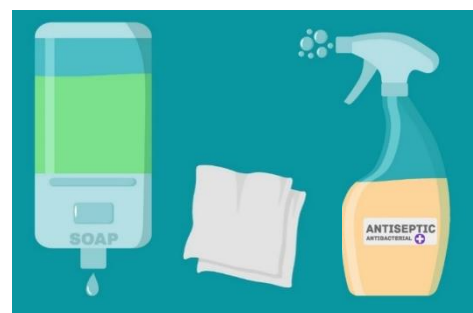
substituir bebedouros de jato inclinado por outras opções, como dispensadores de água nas salas de aula;

dispor de lixeiras com tampas e com dispositivos que permitam a abertura e o fechamento sem o uso das mãos (pedal ou outro tipo de dispositivo), bem como recolher e descartar os resíduos constantemente, com segurança e uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados;



higienizar mesas, cadeiras, teclados, mouses, telefones a cada turno, com álcool 70% e/ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar;

disponibilizar kit completo nos banheiros: álcool 70% e/ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar, sabonete líquido e toalhas de papel não reciclado;

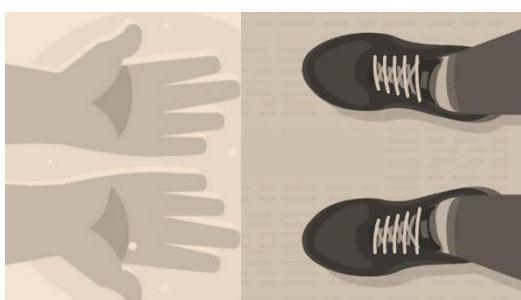


manter limpos filtros e dutos dos condicionadores de ar, garantindo funcionamento com o fluxo máximo de ar externo ao menos durante 2 horas antes e depois das horas das atividades, realizando manutenção periódica de acordo com as recomendações do fabricante e mantendo a comprovação atualizada do serviço.



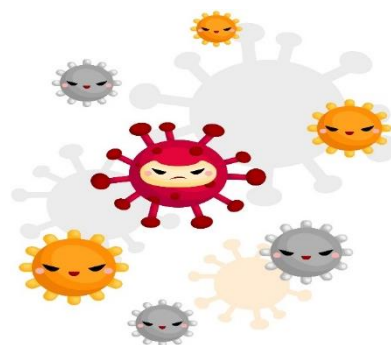
## 2.3 Higiene pessoal

Quanto à higiene pessoal, é de extrema importância que estudantes e profissionais da escola sejam esclarecidos sobre as condutas básicas a serem adotadas diariamente, para proteção individual e coletiva daqueles que circulam no ambiente escolar. Sendo assim, cada unidade de educação deve zelar para que os seguintes procedimentos sejam adotados:



*exigir que estudantes e profissionais higienizem as mãos com álcool 70%, assim como os calçados, ao entrarem no ambiente escolar;*

*recomendar aos profissionais que não retornem às suas casas com o uniforme utilizado durante a prestação do serviço;*



*instruir todos os profissionais sobre etiqueta respiratória, de higiene e de prevenção, incentivando a lavagem das mãos a cada 2 horas, e orientando-os, ainda, a não cumprimentarem pessoas com apertos de mão, abraços, beijos ou outro tipo de contato físico.*



## 2.4 Uso de Itens de Proteção Individual

A prevenção é a melhor estratégia para conter a COVID-19, por isso, no cotidianos das atividades em espaços públicos é imprescindível e recomendado o uso de proteção individual. Dessa forma, cabe atentar para as orientações a seguir:

*Profissionais, alunos e pais nas dependências da instituição de ensino devem seguir as orientação sobre sua utilização correta, conforme indicações da SMS/ FMS;*



Para proteção individual são recomendadas máscaras descartáveis e/ou máscaras de tecido de algodão com tripla camada, caso a atividade não possua protocolo específico de EPI. No caso de ser utilizado máscara de tecido, a mesma deve ser trocada a cada 3 horas ou assim que estiver úmida;

orientar os profissionais quanto a não reutilização de uniformes e/ou EPI quando estes não estiverem devidamente higienizados com preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar.





Cabe ressaltar que o uso da máscara é individual e obrigatório sempre que se estiver em ambiente coletivo, compreendido como local destinado à permanente utilização simultânea por várias pessoas, fechado ou aberto, privado ou público, bem como nas suas áreas de circulação, nas vias públicas e nos meios de transporte. Portanto, é obrigatória a utilização de máscara pelos profissionais e estudantes, para ingresso e permanência nos ambientes escolares, sendo eles responsáveis por sua correta utilização, troca e higienização. No caso de ser utilizado máscara de tecido, a mesma deve ser trocada a cada 3 horas ou assim que estiver úmida; com sujeira aparente, danificada, ou se houver dificuldade para respirar. Lembramos que mesmo com máscara o distanciamento mínimo obrigatório deve ser mantido.

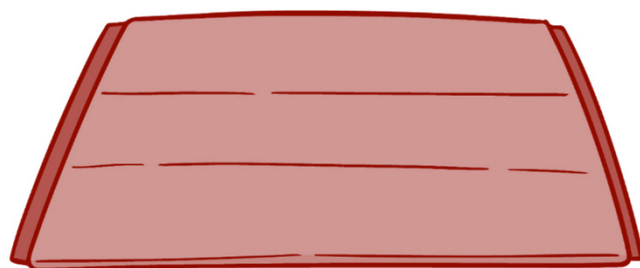
## 2.5 Cuidados no atendimento ao público

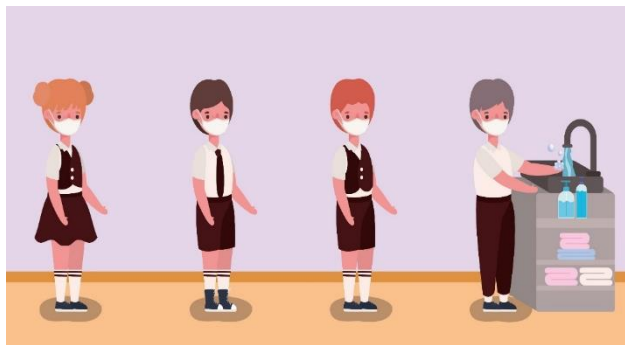
Durante todo o período da pandemia de COVID-19, as unidades de educação em funcionamento terão que restringir o acesso de pessoas. Sendo assim, é importante que algumas medidas sejam tomadas para que o atendimento ao público seja mantido, de maneira restrita, diminuindo ao máximo a possibilidade de contágio pelo novo Coronavírus. Destacamos algumas ações necessárias para a prevenção da doença durante o atendimento ao público. São elas:



*disponibilizar álcool 70% e/ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar, em locais estratégicos (e de fácil acesso) do espaço escolar (entrada, saída, corredores, elevadores, mesas etc.), aos profissionais, estudantes, responsáveis e fornecedores;*

*disponibilizar tapete higienizador na entrada de espaços de menor circulação (secretaria, sala de recursos etc.), bem como pulverizador ou borrifador para aspergir a sola do calçado de qualquer pessoa que entre no ambiente escolar;*





designar um servidor para manter a organização de filas de espera no espaço interno ou externo da escola, sempre que necessário;

ampliar o espaço entre os atendimentos agendados, para preservar o distanciamento entre as pessoas e ter tempo hábil para realizar a higienização do ambiente;

realizar o atendimento de maneira individualizada, restringindo, sempre que possível, a presença de acompanhantes;



estabelecer horários ou setores exclusivos de atendimento para pessoas com idade igual ou superior a 60 anos e aquelas de grupos de risco, conforme autodeclaração;

conferir atendimento preferencial, garantindo fluxo ágil para que permaneçam o mínimo possível na escola.

## 2.6 Triagem escolar e afastamento

Outra medida importante, a ser adotada pelas unidades de educação, para a prevenção do contágio pela COVID-19 é a triagem de estudantes e profissionais da escola. A triagem escolar consiste em medir diariamente a temperatura de profissionais e estudantes, com termômetro digital infravermelho, antes da entrada no ambiente escolar, bem como em afastar os casos positivos de COVID-19 ou com sintomas de gripe, orientando-os a se manterem em isolamento social, a contar do início dos sintomas, seguindo todas as recomendações do VOLUME II desta publicação.



No intuito de proteger a comunidade escolar, alguns protocolos devem ser adotados pelas unidades de educação, tais como:

*orientar os profissionais, responsáveis e/ou estudantes a informar à direção, caso venham a ter sintomas de síndrome gripal e/ou resultados positivos para a COVID-19;*



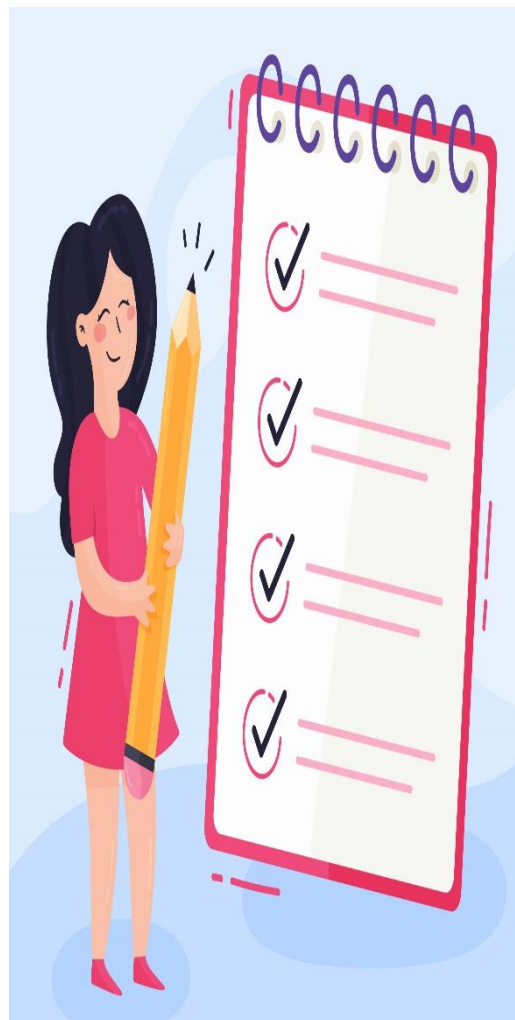
*realizar conferência, diária, em todos os turnos de trabalho, de profissionais e visitantes com sintomas de síndrome gripal;*



desenvolver e comunicar planos de continuidade das atividades, na ausência de profissionais, devido ao afastamento;

coletar os dados dos participantes das reuniões presenciais, a fim de facilitar o contato dos órgãos de saúde competentes, no caso de uma confirmação de COVID-19 dentre os participantes;

manter registro atualizado do acompanhamento de todos os profissionais e estudantes afastados (quem, de que setor, data de afastamento etc.);



orientar a pessoa infectada a comunicar imediatamente à Vigilância Epidemiológica Municipal, bem como à Vigilância em Saúde do município de residência e à SEMECT/FME;

comunicar os casos de profissionais com suspeita ou confirmação da COVID-19 ao Departamento de Atenção à Saúde do Servidor (DASS), para que este os notifique junto à SMS/FMS;

garantir o imediato afastamento para isolamento domiciliar de 14 dias, a contar do início dos sintomas, aos profissionais e estudantes que: apresentem sintomas de síndrome gripal (quadro respiratório agudo, caracterizado por sensação febril ou febre, mesmo que relatada, acompanhada de tosse, dor de garganta, coriza ou dificuldade respiratória); tenham tido contato próximo ou residam com caso confirmado de COVID-19; testem positivo para COVID-19;

averiguar se há necessidade de fechamento, de acordo com o número de casos suspeitos e/ou comprovados de COVID-19. A SEMECT/FME entrará em contato com a SMS/FMS, que decidirá sobre o fechamento.

COVID-19

CORONAVIRUS

COVID-19

CORONAVIRUS

COVID-19





# **3 NORMAS DE SEGURANÇA PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

Em decorrência da necessidade de constante manuseio dos alimentos e dos cuidados indispensáveis para sua preparação, o Departamento de Alimentação Escolar (DAE) da SEMECT/FME elaborou um Roteiro de Boas Práticas de Manipulação de Alimentos, a fim de orientar os diretores escolares e os profissionais que atuam na preparação e distribuição dos alimentos nas escolas.



Deste material, destacamos alguns itens especificamente relacionados à prevenção do contágio pela COVID-19.

### 3.1 A saúde dos manipuladores

De acordo com o procedimento padrão de controle de saúde dos manipuladores e entregadores, é importante garantir adequadas condições de saúde no ambiente da Unidade de Alimentação e Nutrição Escolar (UANE).

Como preconizado habitualmente, aqueles que apresentarem lesões e ou sintomas de enfermidades que possam comprometer a qualidade higiênica e sanitária dos alimentos devem ser afastados do serviço enquanto persistirem essas condições de saúde (BRASIL, 2004). Os manipuladores que apresentarem sintomas relacionados à COVID-19 ou tiverem contato próximo a alguém com diagnóstico positivo para a doença devem informar ao diretor da unidade de educação e também devem ser afastados da UANE. Informações complementares podem ser obtidas com o Departamento Pessoal da FME.



### 3.2 Cuidados com a higiene das mãos

A higienização das mãos faz parte das etapas de higiene pessoal que devem ser seguidas pelos manipuladores de alimentos. Esta é uma prática simples e eficaz, que deve ser realizada com frequência e de forma correta para prevenir diversas doenças, incluindo a transmitida pelo novo Coronavírus.

A OMS recomenda como conduta eficaz para a eliminação do Coronavírus a higienização das mãos com água e sabão líquido ou sabão antisséptico, sendo importante disponibilizar para o manipulador: dispensador de sabonete líquido, suporte para papel toalha, papel toalha, dispensadores com álcool 70% e lixeira com tampa e abertura sem contato manual.

Os profissionais que atuam na preparação e distribuição dos alimentos no espaço escolar devem ser responsáveis por manter o ambiente limpo. Ainda que as superfícies estejam limpas, ao tocarem nelas, devem lavar bem as mãos, imediatamente. Além disso, devem também evitar tocar os olhos, nariz, orelha e boca ou qualquer parte do corpo com as mãos.

Não é permitido o uso de adornos (brincos, pulseiras, anéis, aliança, *piercing*, colar etc.) por estes profissionais, e suas unhas devem estar sempre curtas, limpas e sem esmalte, pois, do contrário, também podem se transformar em meios de contaminação. Estes profissionais devem atentar também para a etiqueta respiratória, no intuito de preservar os alimentos, impedindo que estes sejam contaminados por tosse ou espirro.



### 3.3 EPI dos manipuladores



Os EPI fundamentais ao serviço dos manipuladores de alimentos das UANE são: o uniforme completo, a máscara de proteção descartável ou tecido de algodão com tripla camada, a máscara *face shield*, o avental em tecido apropriado, propé e as luvas de proteção descartáveis (para alguns procedimentos dentro da cozinha). É importante ressaltar que o uniforme (inclusive o calçado) é exclusivo ao uso no local de trabalho, não cabendo circular com ele em outros locais.

Os EPI utilizados devem ser trocados diariamente, estar limpos, conservados e serem adequados à função a que se destinam.

### 3.4 Cuidados no recebimento de gêneros alimentícios

Quanto ao recebimento dos alimentos, algumas medidas devem ser adotadas, como:

- designar uma pessoa para o recebimento;
- utilizar luvas descartáveis ou luvas de borracha (nesse caso, higienizar após o uso) e máscara;
- manter distância mínima de 1.5 metro do entregador;
- lavar as mãos antes e depois de entrar em contato com o entregador, e durante esse contato não levar as mãos ao rosto;

- deixar os alimentos recebidos separados por um período de 3 a 5 dias antes de usar (se possível);
- higienizar as embalagens de plástico e *tetrapak* com álcool 70% antes do uso;
- seguir as demais orientações de recebimento constantes no *Roteiro de Boas Práticas*.

Ressaltamos a importância de que todos os entregadores sigam as orientações de higiene ao realizarem a entrega dos gêneros, incluindo o uso de máscara individual, higienização das mãos com água e sabão ou álcool 70% antes de iniciar a entrega, respeitando o espaço de distanciamento necessário.

### 3.5 Orientações sobre a higiene das superfícies

O vírus pode persistir no ambiente por poucas horas ou por vários dias, a depender da superfície, da temperatura e da umidade. Assim, é importante que os cuidados com a higiene sejam redobrados nos espaços destinados à preparação dos alimentos, pois o vírus é eliminado pela higienização ou desinfecção.

Desse modo, alguns procedimentos devem ser adotados diariamente:

- higienizar superfícies (bancadas, mesas de apoio) e utensílios (pratos e talheres) antes de iniciar o preparo e a distribuição das refeições, sempre que achar necessário e habitualmente ao término do serviço (seguir o *Roteiro de Boas Práticas – Higienização do Ambiente, Equipamentos e Utensílios*);
- limpar e desinfetar frequentemente bancadas, cadeiras, maçanetas, portas de geladeiras, banheiros de funcionários, entre outros, com solução de hipoclorito de sódio;
- higienizar as superfícies e os utensílios após a manipulação de carnes cruas ou vegetais não lavados;
- tomar cuidado para não contaminar os alimentos com os produtos sanitizantes utilizados para higienização ou desinfecção;

- promover a constante higiene das mãos;
- disponibilizar, nas dependências da cozinha e do refeitório, os POPS de Higiene de Utensílios, Higiene do Ambiente, Higiene das Mãos e sobre Etiqueta Respiratória.

### 3.6 Distribuição dos alimentos

Os utensílios de serviço devem ser lavados e desinfetados com álcool 70% antes do início da distribuição, a cada turno e sempre que se fizer necessário. Os manipuladores devem utilizar máscaras e luvas descartáveis durante toda a distribuição das refeições. A máscara *face shield* deve ser usada durante o porcionamento das refeições e no contato com o público. Caso as refeições sejam fornecidas em material descartável, estes devem ser descartados pelo próprio usuário em local designado. A refeição quente deve ser colocada no descartável na temperatura mínima de 60°C e deve ser consumida em 1 hora, no máximo.

Se os utensílios forem reutilizáveis, os profissionais devem colocar luvas de proteção para o seu recebimento após usados. Em seguida, é necessário realizar a lavagem manual dos utensílios com água e sabão e a desinfecção com álcool 70%.

Recomendamos o uso de talheres, quentinhas e copos descartáveis para a distribuição segura das refeições. Recomendamos, também, a utilização de dispensador de água no lugar dos bebedouros.

Deve-se evitar o uso de aparelhos de ar condicionado, visto que é importante manter uma boa circulação e renovação de ar nos refeitórios e em outros locais de distribuição de refeições, mantendo sempre as portas e janelas abertas para deixar o ambiente arejado.

É recomendado que um profissional seja designado como monitor, para o controle de acesso ao refeitório quanto ao número de pessoas e para monitorar o cumprimento da rotina de higienização das mãos pelos usuários (estudantes e profissionais). O monitor deve utilizar máscara e higienizar as mãos na troca dos turnos e sempre que for necessário.



Para garantir a saúde dos usuários deve-se disponibilizar álcool 70% em locais de fácil acesso nos refeitórios. Deve-se evitar o *self-service* nos refeitórios que possuem balcão térmico. É necessário reduzir o número de mesas e aumentar, sempre que possível, a distância entre as cadeiras ocupadas nos refeitórios.

Caso a alimentação escolar seja realizada em sala de aula, recomenda-se que as carteiras respeitem o distanciamento mínimo anteriormente citado neste documento. Caso a alimentação seja realizada em refeitório, recomenda-se que, além do espaçamento, os locais de assento dos estudantes sejam marcados previamente.

Deve-se limitar o acesso ao refeitório ao número de assentos disponíveis, mas sempre evitando a formação de filas e aglomerações. Outras possíveis soluções para não formar aglomerações são:

- ampliar horário de distribuição;
- planejar novos locais/espços como refeitório;
- fracionar em turnos;
- evitar o manuseio livre dos talheres de servir (os pratos deverão ser montados exclusivamente pelos merendeiros);
- retirar das mesas de refeições objetos que possam ser potenciais veículos de contaminação, como ornamentos e porta-guardanapos, entre outros.

Por fim, é importante salientar a necessidade de limpeza frequente e desinfecção das mesas e bancos dos refeitórios com álcool 70%, tanto nos horários que antecedem a distribuição das refeições quanto após cada turno de uso.





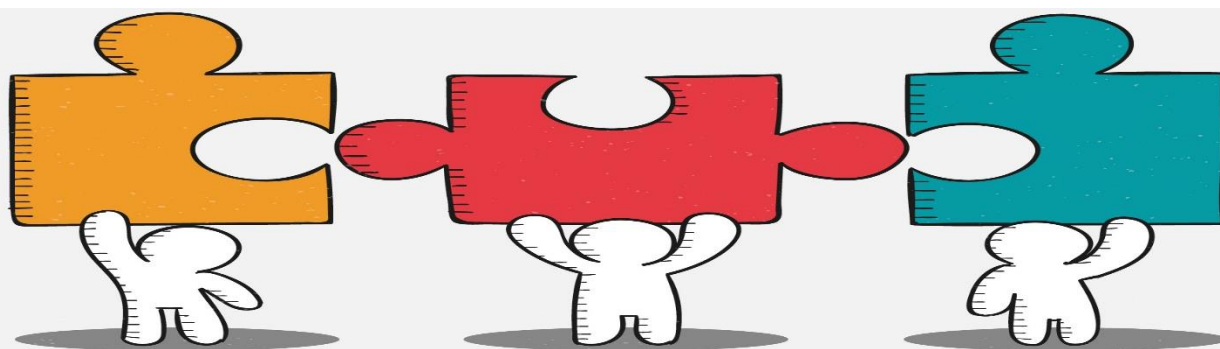


## **4 A INTERSETORIALIDADE COMO ESTRATÉGIA DE TRANSIÇÃO**

Os impactos provocados pela pandemia de COVID-19 ocasionam demandas de todas as ordens, tanto relacionadas às dimensões sociais e culturais da vida quanto àquelas de natureza econômica. Se antes já se fazia importante uma articulação entre os diversos campos das políticas públicas, para um atendimento mais satisfatório das necessidades da população, no contexto de pandemia, tal articulação torna-se imprescindível. Deste modo, espera-se que os órgãos que compõem a estrutura das políticas nas áreas de Educação, Saúde e Assistência Social, dentre outros, estabeleçam diálogos com fins de um planejamento de ações em conjunto, sem que se abra mão das atribuições específicas, com vistas a melhor contemplar o atendimento à população, iniciando uma superação de práticas fragmentadas, por vezes, menos eficazes para o enfrentamento das situações que se apresentam.

Neste sentido, a SEMECT/FME, no âmbito de suas atribuições, busca, por meio de ações em desenvolvimento, alinhar suas estratégias junto a outros órgãos, como a SMS/FMS e a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SASDH), para melhor prestar o suporte necessário aos profissionais, estudantes e seus responsáveis, no momento em que são identificadas situações capazes de prejudicar o quadro de saúde dos sujeitos que constituem as comunidades escolares, os trabalhos desenvolvidos e as aprendizagens em construção.

Assim, é possível afirmar que a dinâmica social que se impõe nos instiga a buscar uma maneira mais consistente de atendimento, o que acreditamos ser viável através da intersetorialidade, ultrapassando os limites de cobrança de condicionalidades relacionadas à frequência escolar e à adesão aos serviços de saúde, avançando na direção de estabelecer ações conjuntas para a superação deste momento de crise sanitária. Além disso, também apostamos que a intersetorialidade pode se manter posteriormente, na direção da busca por respostas adequadas às demandas por direitos sociais.



#### 4.1 Articulação entre a SEMECT/FME, a SMS/FMS e a SASDH

O debate em torno da intersetorialidade nas políticas públicas dá destaque às áreas de saúde, educação, administração pública e assistência social como campos de saberes e práticas que mais produziram conhecimento e acúmulo prático sobre o tema. Segundo Monnerat e Souza (2015), as produções teóricas apresentam características específicas, uma vez que se apoiam na cultura organizacional e política de cada esfera. O grande desafio prático, portanto, está na articulação de propostas que superem o saber compartimentalizado e os dilemas interpostos para a gestão e implementação de políticas em efetiva parceria.

Buscar as possibilidades de ação intersetorial supõe um olhar detalhado para cada território: quais são os equipamentos que compõem o entorno das escolas, por exemplo? Já existe interlocução entre os sujeitos que circulam, constroem e ressignificam cada lugar? Como é o fluxo de atendimento à população em cada segmento (organizado por região, livre demanda etc.)? Tais perguntas podem auxiliar num primeiro movimento para a construção de ações conjuntas, envolvendo também famílias e comunidade nesse contexto.

A partir das respostas a estas perguntas, ainda que provisórias, os diversos sujeitos poderão se articular no estabelecimento de objetivos comuns de maneira que cada política pública possa convergir esforços no embate contra as adversidades provocadas ou não pelas incertezas da atual conjuntura.

A busca ativa escolar poderá fazer parte de um plano de governo a partir de 2021. A prioridade no momento é a busca ativa da COVID-19, com o monitoramento de casos. Entretanto, no âmbito das prioridades no cenário de retorno, com a reabertura das escolas, é preciso dar uma maior atenção aos estudantes que porventura não consigam sustentar sua volta. Deste modo, recomenda-se a continuidade das parcerias já existentes para o acompanhamento devido dos casos.



É necessário refletir sobre as ações e parcerias já existentes, com foco no mapeamento dos serviços e nas pactuações entre os gestores das políticas intersetoriais. Sugere-se que seja criado um grupo operativo de caráter intersetorial, para o melhor acompanhamento das ações no território, cuja criação se dê a partir do diálogo e da pactuação entre os gabinetes. Nessa direção, vale ressaltar que a atuação da SASDH será de fundamental importância para dar suporte e encaminhamento às demandas não diretamente relacionadas à COVID-19.

Quanto às demandas de saúde mental identificadas no processo de retorno, será necessário colocar em prática estratégias de acolhimento e de intervenção, nos casos mais críticos, sem desconsiderar a eficácia dos fluxos já existentes. Mas as especificidades deverão ser avaliadas de acordo com as ocorrências.

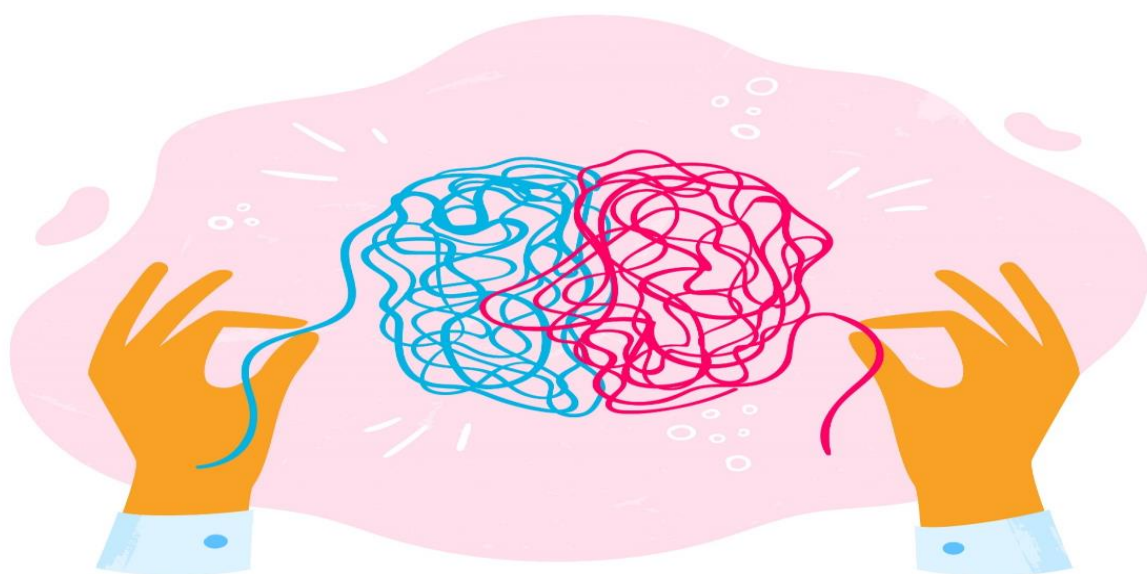


As linhas de ação adotadas pela proposta estratégica levam em conta uma concepção de trabalho articulado em rede, cujos procedimentos metodológicos priorizam a intersetorialidade como principal eixo que deve orientar as ações previstas. Nesta perspectiva, as ações planejadas serão realizadas sistematicamente em etapa posterior ao início do possível processo de retorno presencial das atividades escolares e contemplarão, especificamente, os grupos de servidores e de estudantes que retornarem às atividades presenciais. Algumas das possibilidades são:

- análise das ações e dos eixos que podem ser adequados à realidade da Rede Municipal de Educação de Niterói;
- trabalho de sensibilização e de acolhimento com responsáveis dos estudantes, por meio de interlocução com os Conselhos Escolas-Comunidades (CEC) e com as lideranças comunitárias;
- trabalho de sensibilização, acolhimento e orientações aos servidores para melhor preparo ao retorno, através da continuidade de atendimento psicológico virtual, orientação e apoio do Serviço Social e de fonoaudiólogos, visando prevenir o surgimento de lesões e prejuízos da coordenação pneumofônica e da projeção vocal em decorrência de mau uso e/ou abuso vocal durante uso de máscaras e *face shield*;
- identificação e mapeamento dos grupos de estudantes com frequência interrompida nas escolas, com a utilização de estratégias de acolhimento, de escuta e de suporte técnico multiprofissional;
- levantamento de servidores (pré-retorno) considerados grupo de risco (por idade, com condições clínicas preexistentes e gestantes); servidores com licenças médicas longas provocadas pela COVID-19 ou não; servidores readaptados com patologias que configurem complicações decorrentes da COVID-19, para identificação e acompanhamento dos considerados aptos ou não ao retorno do trabalho presencial ou remoto, e para notificação da Vigilância de Saúde, a partir de formulário elaborado pelo DASS, especificamente para os casos suspeitos ou comprovados de COVID-19;
- aprimoramento dos mecanismos de interlocução com os serviços e órgãos competentes, para o monitoramento e agilização dos fluxos de atendimento aos casos encaminhados durante a pandemia;



- interlocução com os órgãos das Secretarias de Assistência Social e de Saúde: isso inclui os Conselhos Tutelares (CT), Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Postos de Saúde e Módulos Médicos de Família e Ambulatórios de Saúde Mental;
- atendimento virtual aos servidores que fizeram solicitação ao DASS durante o período de quarentena, com apoio psicossocial realizado por psicólogos e assistentes sociais, com o objetivo de fortalecimento da saúde mental;

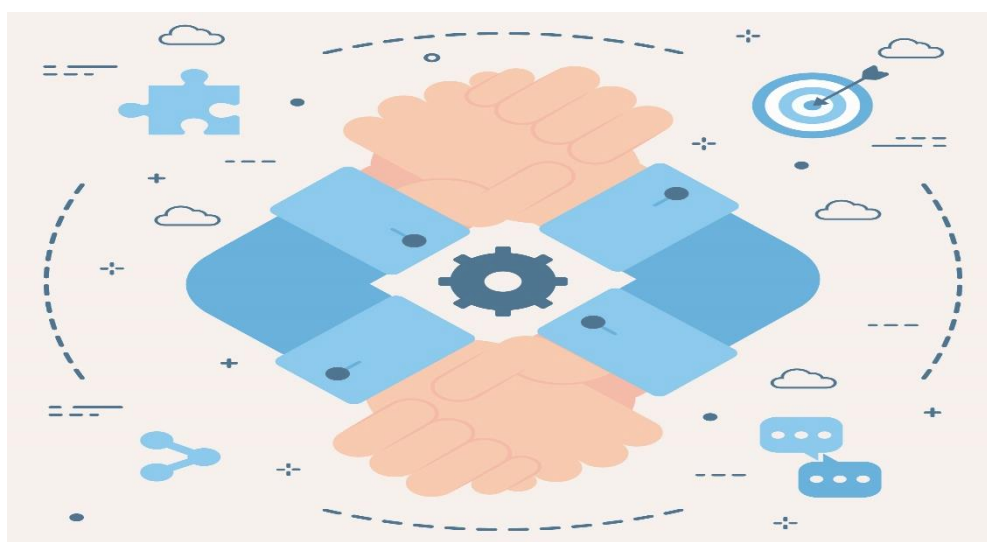


- integração entre os bancos de dados da Educação, da Saúde e da Assistência Social para a Busca Ativa;
- medição da curva de contágio, realizada pela SMS/FMS;
- disponibilização pela SMS/FMS de equipes da saúde para atuar (em cada região) em situações emergenciais demandadas no ambiente escolar;
- priorização da prestação de serviços nas políticas de atenção básica aos grupos com histórico de suspeita e/ou contágio pela COVID-19 e os grupos que apresentam outras situações acentuadas em decorrência da pandemia (exemplos: problemas relacionados à saúde mental, violência doméstica e de outras naturezas).

A partir da estratégia inicial utilizada, como pesquisa e análise de experiências de busca ativa em outros territórios, procurou-se conceber as propostas citadas, adequando-as à realidade local do município de Niterói.

Cabe ressaltar que a utilização do termo “busca ativa” possui base conceitual pautada nos direitos de acesso às políticas sociais, principalmente à educação (na perspectiva do acesso, da permanência e das aprendizagens dos estudantes). Sendo assim, optou-se por utilizá-lo somente em referência ao corpo discente. No caso dos servidores, optou-se pelo uso do termo “levantamento situacional”, por abarcar outras especificidades de acompanhamento e de suporte por parte da equipe do DASS, que, em síntese, consiste na realização de levantamentos junto ao Departamento de Perícia Médica (DIPEM) e às unidades de educação, no que diz respeito às servidoras gestantes e aos servidores que, devido a condições clínicas preexistentes, estariam impossibilitados de retornar ao trabalho presencial e não constam como readaptados ou licenciados; e no que se refere aos casos de servidores aptos que não voltarem ao trabalho, tanto como ação preventiva quanto como ação interventiva. Ou seja, o acompanhamento dos servidores possui natureza de trabalho específica e é devidamente orientado por bases normativas instituídas pelas leis trabalhistas e pela FME.

Portanto, as ações propostas obedecem a distintos critérios de acompanhamento por envolver diferentes órgãos da Prefeitura de Niterói e diferentes segmentos sociais (corpo discente e categorias profissionais da educação).





## 4.2 Escolas, CEC e parceiros comunitários

As unidades de educação fazem parte das comunidades nas quais estão inseridas. Em outras palavras, as escolas pertencem à comunidade, foram feitas para atender aos seus moradores, sobretudo, suas crianças e seus adolescentes. Portanto, qualquer plano de retomada das atividades da educação (presenciais e/ou remotas) deve considerar as suas especificidades e necessidades. Assim, o diálogo entre escola, famílias, líderes comunitários e Conselho Escola-Comunidade (CEC) têm um papel fundamental, podendo constituir, sobretudo, um plano local para o atual contexto baseado nas diretrizes apontadas neste documento, pela SEMECT/FME.

Cada unidade de educação pode construir parcerias, a fim de se aproximar dos seus estudantes e de identificar as suas carências materiais, físicas e/ou psicológicas, oriundas, por exemplo, da falta de alimentação e da ocorrência de COVID-19, até mesmo com possíveis óbitos em suas famílias. Deste modo, conseguirá acolher melhor e cuidar do seu alunado, podendo, inclusive, encaminhar à SEMECT/FME aqueles casos que precisarem de um apoio especializado.

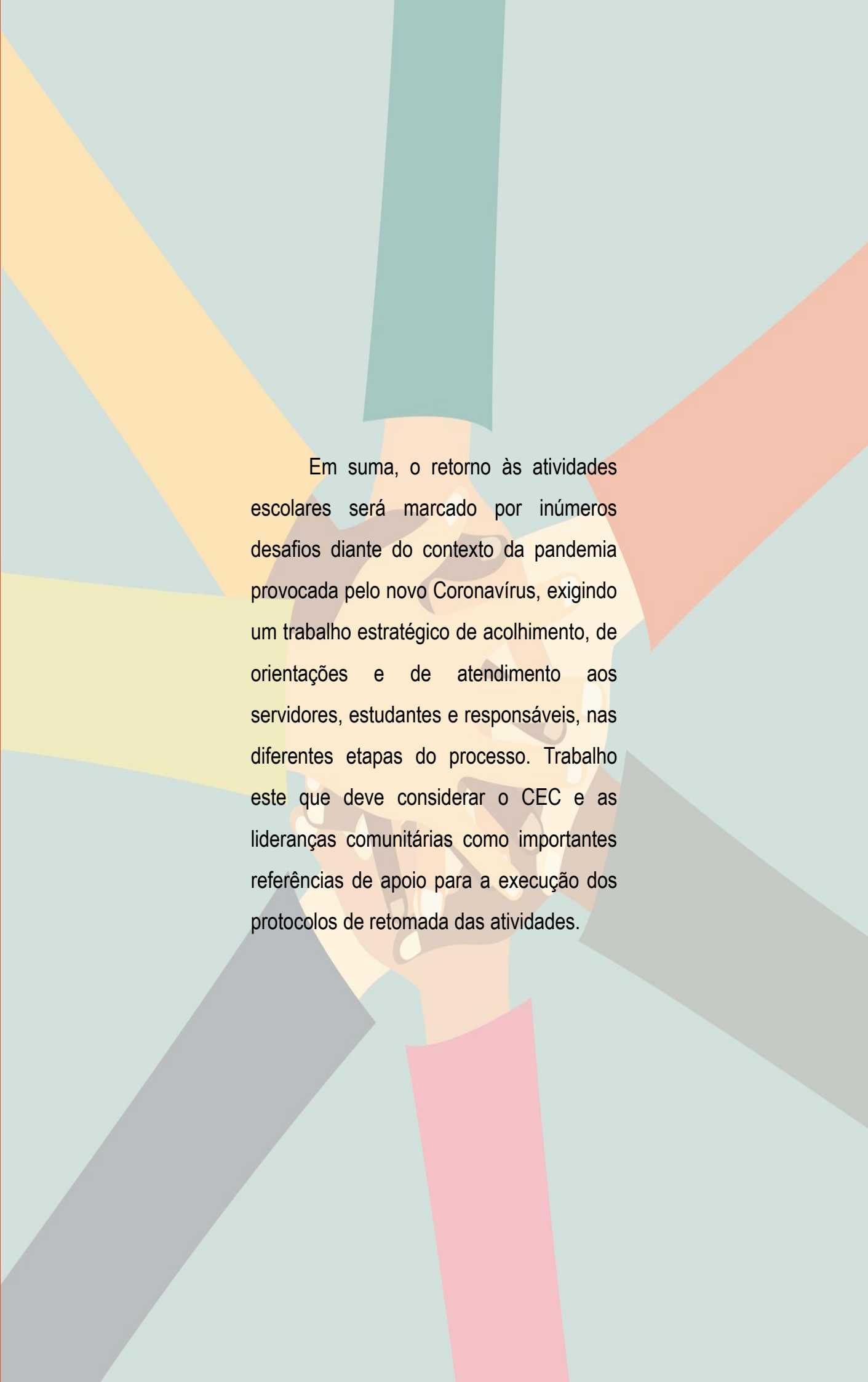




Diante disso, escolas, CEC e parceiros comunitários podem implementar as seguintes ações:

- criar estratégias de acolhimento;
- definir meios eficazes e frequentes de comunicação (de preferência remotos) com as famílias, evitando informações equivocadas;
- atualizar os dados pessoais dos estudantes e dos profissionais, bem como seus contatos;
- levantar informações sobre a situação epidemiológica do bairro e da escola (estudantes e profissionais), repassando-as à SEMECT/FME;
- acompanhar a realização de ações integradas com as secretarias e fundações de educação, saúde e assistência social;
- promover ações de apoio à comunidade escolar no que concerne às questões sociais e psicológicas causadas pela pandemia;
- apontar as condições de acesso à *Internet* e a disponibilidade de equipamentos tecnológicos para os estudantes e os profissionais de educação, tanto na escola quanto em suas casas e no bairro;
- promover ações para casos de infrequência dos estudantes, bem como para a falta de participação nas atividades remotas;
- realizar a avaliação diagnóstica e contínua dos estudantes;
- verificar os resultados das avaliações, traçando ações de recuperação;
- observar o protocolo de segurança sanitária descrito mais adiante neste documento, a fim de pensar nas definições de execução no plano local;
- reorganizar os espaços escolares, obedecendo ao protocolo de segurança sanitária;
- monitorar o plano local, observando a execução das orientações protocolares por parte dos profissionais e estudantes, bem como dos responsáveis, quando for o caso.



The background of the page features a stylized illustration of several hands of different skin tones (light, medium, and dark) reaching up from the bottom and holding each other in a supportive circle. The hands are wearing sleeves of various colors: teal, orange, yellow, grey, and pink. The background is composed of large, overlapping geometric shapes in shades of light blue, orange, and grey. A solid orange vertical bar runs along the left edge of the page.

Em suma, o retorno às atividades escolares será marcado por inúmeros desafios diante do contexto da pandemia provocada pelo novo Coronavírus, exigindo um trabalho estratégico de acolhimento, de orientações e de atendimento aos servidores, estudantes e responsáveis, nas diferentes etapas do processo. Trabalho este que deve considerar o CEC e as lideranças comunitárias como importantes referências de apoio para a execução dos protocolos de retomada das atividades.

#### 4.2.1 Acolhimento e formação dos profissionais

O primeiro contato com a comunidade escolar envolve sobretudo a necessidade do acolhimento, que aqui significa ter uma postura ética, envolvendo a escuta e o reconhecimento das experiências dos sujeitos. Assim, caracteriza-se como primeiro movimento do processo de transição a ser realizado para o retorno às atividades presenciais. A necessidade do acolhimento relaciona-se ao cuidado com a dimensão subjetiva e humana dos profissionais da educação.

Ressalta-se que psicólogos do DASS e do Núcleo de Assistência Técnica (NAT) da SEMECT/FME se disponibilizam para o auxílio em situações específicas, que demandem atenção e acompanhamento psicológico.

Um segundo movimento refere-se à preparação dos profissionais das unidades de educação (diretores, pedagogos, secretários, agentes de portaria, professores, profissionais da limpeza, merendeiros) para o cumprimento dos protocolos relacionados à higienização, ao distanciamento social, à utilização de EPI, à organização de novas rotinas e práticas.

Propõe-se, então, apresentação e vídeos animados, com informações disponibilizadas pela SMS/FMS, sistematizadas pelo GT de Comunicação. Além desse material, haverá a publicização, para o grupo de merendeiras, do *Roteiro de Boas Práticas* atualizado, bem como de vídeos expondo a importância dos cuidados na preparação e distribuição da alimentação escolar.



Após essa preparação inicial, retomadas as atividades, serão realizadas, por meio de encontros virtuais (e com o auxílio de tutoriais específicos), formações pedagógicas voltadas para o uso de tecnologias alinhado ao ensino remoto, como possibilidades de trabalho em diferentes plataformas (por exemplo, *Microsoft Teams*), aulas on-line, gravação de vídeos; formações para professores de referência dos grupos de Aceleração das Aprendizagens, a fim de dar continuidade à construção do trabalho com leitura e escrita, através de encontros virtuais e leitura de bibliografia relacionada ao tema; e formações relacionadas às contribuições da Pedagogia Social para o cotidiano escolar em tempos de reflexão-ação de novos fazeres.



Os diferentes tipos de formações aqui sugeridos, dentre outros que possam surgir no próprio contexto de cada unidade de educação, procuram minimizar os efeitos do novo cenário educacional, colaborando com a discussão de novas rotinas e práticas de biossegurança, de convivência social, de ensino e de aprendizagem.

### 4.3 Responsáveis e Estudantes

A contribuição dos responsáveis e dos estudantes para um retorno gradual seguro às atividades presenciais em um Novo Normal é imprescindível. Desse modo, precisam buscar diálogo junto às unidades de educação e esclarecer suas dúvidas, atualizar seus dados, informar as suas necessidades e cumprir as normas sanitárias protocolares, uma vez que o bem coletivo depende da concretização das responsabilidades individuais.

Dentre as normas previstas, estabelece-se que os responsáveis devem comunicar à unidade de educação se um estudante apresentar sintomas de síndrome gripal e/ou se houver casos de COVID-19 confirmados entre os moradores da mesma residência, pois, nestes casos, o estudante precisa ser afastado para cumprir o isolamento domiciliar.

Reiteradamente, os profissionais da educação explicarão os protocolos a serem observados por responsáveis e estudantes, esclarecendo as novas regras para as novas rotinas de funcionamento dos espaços escolares e das práticas pedagógicas, atentando para as particularidades de cada comunidade escolar.

Além disso, os responsáveis e os estudantes receberão cartilhas informativas, com explicações e ilustrações sobre os protocolos de distanciamento obrigatórios, rotinas de higienização e limpeza dos ambientes, higiene pessoal, lavagem correta das mãos, uso correto de máscaras, uso de álcool 70%, etiqueta respiratória, triagem escolar e isolamento domiciliar, e outros cuidados protocolares, consoante as orientações da SMS/FMS.



Enfatiza-se, ainda, que cabe aos responsáveis não só reforçar a importância do cumprimento das regras de protocolo para prevenção da COVID-19, mas sobretudo estimular as crianças e/ou adolescentes para a realização das atividades em suas casas. O envolvimento dos responsáveis na educação dos estudantes favorece a aprendizagem dos mesmos e, na realidade de pandemia em que vivemos, será essencial, não só para a construção de conhecimento, mas também para a proteção de toda a comunidade escolar.







## **5 INFRAESTRUTURA, ATENDIMENTO E QUADRO DE PROFISSIONAIS**



A retomada das atividades presenciais, dentro de uma situação nova, emergencial, é um momento de grande expectativa. A avaliação desta nova realidade escolar deverá ser feita de modo contínuo, interna e externamente, conjugando as interferências de outros setores, para avanços ou recuos.

De início, é necessário planejar novas configurações para os espaços escolares, novos materiais a serem utilizados no cotidiano da educação, nova modelação do quadro de profissionais, novas formas de trabalho e de atendimento aos estudantes.

### 5.1 Estudo dos espaços escolares e capacidade de atendimento

De acordo com as normas de estabelecidas pela FMS/SMS, no que diz respeito ao distanciamento social, foi realizado um estudo sobre as diferentes unidades de educação que atendem ao Ensino Fundamental\*, no que tange à relação entre o quantitativo de espaços que podem ser destinados a prática de aulas presenciais e a capacidade de atendimento de estudantes em cada um deles.



Ele apresenta todos os espaços físicos de cada escola e suas respectivas medidas, conforme dispostas nas plantas das edificações. Detalhes desse estudo poderão ser revistos, nos casos em que as unidades tiveram reformas e ampliações, na medida em que as unidades de educação construírem seus planos locais, em diálogo com a SEMECT/FME\*\*.

\*Planeja-se realizar estudo semelhante para as unidades que atendem à Educação Infantil, tão logo seja prevista sua volta às atividades presenciais. Mais orientações sobre esta etapa de ensino serão encontradas adiante.

\*\*O estudo individualizado pode ser solicitado junto à Superintendência de Desenvolvimento de Ensino (SDE).

A síntese dessa análise pode ser verificada a seguir:

REDIMENSIONAMENTO DOS ESPAÇOS ESCOLARES DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO QUE ATENDEM O ENSINO FUNDAMENTAL					
Nº	UNIDADE DE EDUCAÇÃO (UE)	Nº ALUNOS	Nº TURMAS	Nº ESPAÇOS	CAPACIDADE ALUNOS POR TURNO*
1	EM ALTIVO CÉSAR	852	32	22	203
2	EM ANTINEIA S MIRANDA	184	8	12	142
3	EM RACHIDE DA G S SAKER	545	22	15	150
4	EM PAULO FREIRE	649	34	29	487
5	EM DR. ALBERTO F TORRES	359	17	13	83
6	EM MAESTRO H V LOBOS	442	22	16	175
7	EM JOSÉ DE ANCHIETA	451	20	13	121
8	EM HONORINA DE CARVALHO	542	20	11	112
9	EM LEVI CARNEIRO	761	28	18	165
10	EM JOÃO BRAZIL	717	30	19	214
11	EM FRANCISCO PORTUGAL NEVES	473	19	19	181
12	EM SANTOS DUMONT	232	13	14	124
13	EM BOLÍVIA DE LIMA GAETHO	208	12	7	49
14	EM PROFESSORA LUCIA MARIA SILVEIRA ROCHA	300	12	7	53
15	EM TIRADENTES	302	12	11	78
16	EM PROFESSOR PAULO DE ALMEIDA CAMPOS	474	18	12	106
17	EM PROFESSORA MARIA DE LOURDES BARBOSA SANTOS	304	16	10	53
18	EM PROFESSORA MARIA ÂNGELA MOREIRA PINTO	511	20	12	93
19	EM PROFESSOR MARCOS WALDEMAR	330	14	7	70
20	EM HORÁCIO PACHECO	257	12	6	66
21	EM PROFESSOR DARIO DE SOUZA CASTELLO	505	20	10	109
22	EM ADELINO MAGALHÃES	302	15	16	131
23	EM ANÍSIO TEIXEIRA	189	7	5	51
24	EM PROFESSOR ANDRÉ TROUCHE	384	16	9	85
25	EM DR. ANTONIO COUTINHO DE AZEVEDO	590	23	11	106
26	EM AYRTON SENNA	187	12	6	66
27	EM DEMENCIANO ANTONIO DE MOURA	95	5	9	58
28	EM DIÓGENES RIBEIRO DE MENDONÇA	242	10	9	106
29	EM DJALMA COUTINHO DE OLIVEIRA	113	5	11	72
30	EM DOM JOSÉ PEREIRA ALVES	114	7	7	64
31	EM ERNANI MOREIRA FRANCO	410	18	13	162
32	EM EULÁLIA DA SILVEIRA BRAGANÇA	545	21	12	125
33	EM FELISBERTO DE CARVALHO	246	12	8	84
34	EM GOVERNADOR ROBERTO SILVEIRA	286	12	6	65
35	EM HELENA ANTIPOFF	313	16	7	59
36	EM HELONEIDA STUDART	388	18	9	97
37	EM INFANTE DOM HERNRIQUE	195	10	8	87
38	EM JACINTA MEDELA	221	10	5	39
39	EM JULIA CORTINES	1009	39	21	59
40	EM MARALEGRE	405	16	13	103
41	EM MESTRA FININHA	688	32	17	124
42	EM NORONHA SANTOS	186	10	13	116
43	EM NOSSA SENHORA DA PENHA	218	12	6	65
44	EM PADRE LEONEL FRANCA	448	18	9	93
45	EM SEBASTIANA GONÇALVES PINHO	344	14	8	81
46	EM SÍTIO DO IPÊ	286	12	7	75
47	EM VERA LUCIA MACHADO	591	24	10	91
48	EM VILA COSTA MONTEIRO	271	12	14	109
49	UMEI JACY PACHECO	210	10	9	118
50	UMEI VINICIUS DE MORAES	98	4	9	97
51	UMEI DARCY RIBEIRO	59	2	16	146
TOTAL		6207	265	586	

Reitera-se que a ocupação desses espaços considera o protocolo de biossegurança, que requer distanciamento de 2 metros entre as pessoas que estão no mesmo ambiente (fechado). Sendo assim, o cálculo do número de estudantes por espaço escolar deve ser:  $\frac{\text{m}^2 \text{ da sala}}{4\text{m}^2}$ . De forma geral, observou-se que os espaços poderão contar com a presença de 10 estudantes por vez, em média. Assim, haverá a necessidade de dividir cada turma em até três grupos.

Com base nas informações descritas acima, propõe-se a frequência à escola dos Grupos de Referência (GR) de forma escalonada semanalmente. Dessa forma, estabelece-se o comparecimento presencial do estudante em uma semana e o seu afastamento (com o cumprimento de atividades remotas) nas duas semanas seguintes. Ao final de (até) três semanas, com algumas exceções, todos os estudantes de um mesmo GR terão passado pela escola no momento presencial.

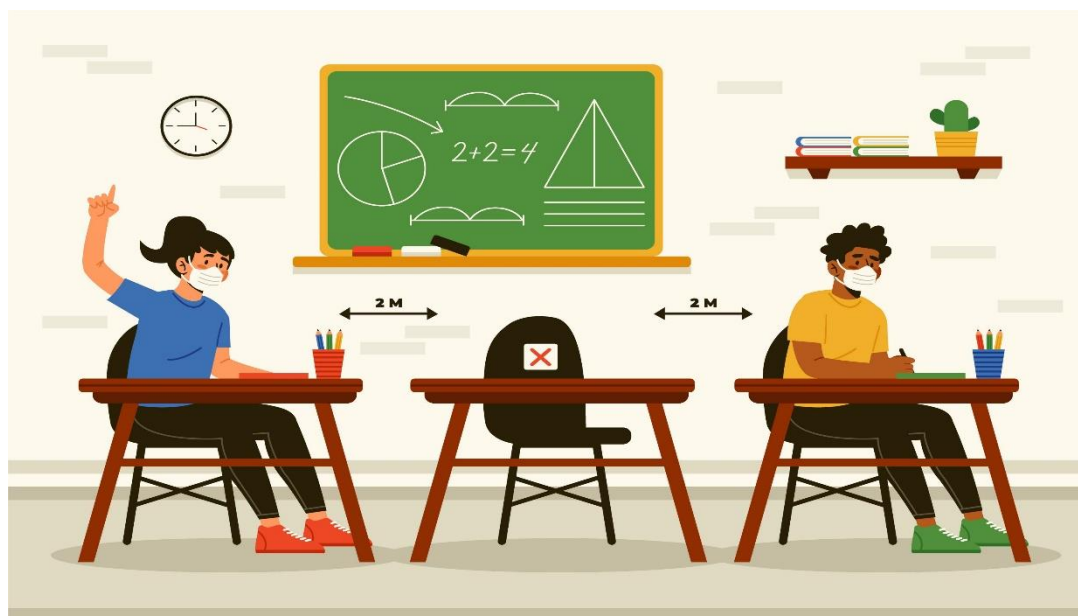
A seguir há um exemplo de redistribuição dos GR, em uma escola X, que tem dimensões padronizadas dos seus espaços.

ESCOLA X																													
GRUPOS  ALUNOS MATR. POR TURMA				TURNO DA MANHÃ																									
				SEMANA 1 (S1)								SEMANA 2 (S2)								SEMANA 3 (S3)								TOTAL	
				GR 1A	GR 2A	GR 2B	GR 3A	GR 3B	GR 4A	GR 5A	GR 1A	GR 2A	GR 2B	GR 3A	GR 3B	GR 4A	GR 5A	GR 1A	GR 2A	GR 2B	GR 3A	GR 3B	GR 4A	GR 5A					
				24	22	25	23	25	27	27	24	22	25	23	25	27	27	24	22	25	23	25	27	27					
ESPAÇOS	M2	Nº ALUNOS POR ESPAÇOS	OCUPAÇÃO REAL DOS ESPAÇOS	DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS DOS GRUPOS POR ESPAÇO								DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS DOS GRUPOS POR ESPAÇO								DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS DOS GRUPOS POR ESPAÇO								173	
Sala 01	40,07	10	10	8							8						8												
Sala 02	40,07	10	10		8							7						7											
Sala 03	40,07	10	10			9							8						8										
Sala 04	40,07	10	10				8							8							7								
Sala 05	40,07	10	10					9							8							8							
Sala 06	40,07	10	10						9							9								9					
Sala 07	40,07	10	10							9							9								9				
Quadra / Pátio	419,08	140	0																										
Refeitório	81,00	20	0																										
CAPACIDADE DE ALUNOS POR TURNO				70	60								57								56								173

As semanas estão representadas por S1, S2 e S3 (Semana 1, Semana 2, Semana 3) e os GR estão divididos em três grupos menores. Observem, por exemplo, que, na S1, o GR3B teve o retorno presencial de 9 estudantes (selecionados pela escola X de acordo com a ordem alfabética); na S2, outros 8 estudantes do GR3B (da sequência alfabética) estão na escola; na S3, estão os últimos 8 estudantes do GR3B. Enquanto um pequeno grupo está na escola, os outros dois estão realizando atividades remotas. Neste exemplo, o rodízio dos GR da escola se reinicia na quarta semana.

Embora as medidas da escola do exemplo sejam idênticas, verificam-se diversos tamanhos nos espaços escolares utilizados pelos estudantes em outras unidades de educação, o que leva à necessidade de estudos locais, para a organização de sua ocupação. Além disso, o fato de ilustrarmos um modo de utilização das salas de aula não significa que o redimensionamento deve ser pensado apenas para estudantes, mas sim visando ao distanciamento interpessoal de todos que circulam nos diferentes espaços escolares, como secretaria, sala de professores, banheiros, cozinha etc.

Considerando o atual contexto, a necessidade de reorganização dos espaços e tempos escolares e a situação de replanejamento de ações (sanitárias e pedagógicas), analisa-se a possibilidade de retorno às atividades presenciais a partir do Ensino Fundamental (incluindo a EJA). Daí o estudo dos espaços ter sido feito, a princípio, em relação às unidades de educação que atendem a esta etapa de ensino.



No entanto, há que se considerar as especificidades de dois grandes grupos de estudantes que compõem a Rede Municipal de Educação de Niterói e que não poderão frequentar os espaços escolares tão logo seja iniciado o processo de retomada: os grupos de estudantes da Educação Infantil e da Educação Especial. Isso permite pensar no que fazer por esses estudantes tanto no período de quarentena quanto no momento que puderem voltar às unidades de educação.

#### 5.1.1 A questão do atendimento na Educação Infantil

O isolamento impôs a ausência de algo fundamental, sobretudo para a etapa de ensino da Educação Infantil: a presença física, a interação, a dimensão dialógica, o contato visual, as trocas, experiências plenas. Embora estejam ocorrendo esforços individuais e coletivos de viabilizar formas de aprendizagens (ainda que remotas), nesse período em que estamos afastados do ambiente escolar, continuamos a defender a ideia de que a Educação Infantil, primeira etapa da educação básica (LDBEN, 1996), deve viabilizar a integração entre os aspectos emocionais, físicos, cognitivos, afetivos e sociais das crianças, e, principalmente, garantir a elas as interações e brincadeiras, eixos estruturantes das práticas pedagógicas presentes pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010). Logo, pensar o retorno presencial dessa etapa torna-se algo desafiador.

O atual contexto tem exigido pensar novas rotinas, nova organização do tempo e dos espaços, saídas para as quais, apesar de toda nossa bagagem acadêmica, de nossas experiências e conhecimentos construídos, não temos encontrado respostas.

Sabemos que no brincar as crianças potencializam-se como sujeitos, expressam suas representações sobre o mundo. Partindo do princípio de que o brincar é uma experiência fundamental ao processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança, cabe-nos, neste momento, potencializar ambientes virtuais, dispositivos digitais e outros meios e materiais que possam servir de suporte para o incentivo às interações e brincadeiras.

O Portal Educacional da SEMECT/FME vem apresentando orientações e sugestões de brincadeiras da cultura popular/folclore brasileiro como: cancioneros, histórias, contos, lendas, fábulas que povoam o imaginário do nosso povo; brincadeiras que podem ser realizadas no ambiente familiar e com a mediação do adulto responsável. Apesar disso, reconhecemos a dificuldade de acesso enfrentada por muitas famílias, o que nos convida a pensar outras formas pelas quais as crianças possam ser contempladas, como a viabilização de material pedagógico, literatura infantil, entre outros.

Considerando a dificuldade que os pequenos terão em manter o distanciamento dentro do ambiente escolar e a complexidade que os profissionais encontrarão na rotina escolar, ao terem que seguir todos os protocolos de segurança sanitária, já que a Educação Infantil se difere das demais etapas com relação à dimensão do cuidado (troca de fraldas, banho, alimentação etc. – atividades que requerem proximidade com o docente), acreditamos que seus estudantes devam estar na última etapa do retorno gradual às aulas presenciais, voltando, primeiramente, aqueles que têm 4 e 5 anos, quando houver autorização.

Abaixo seguem orientações específicas para o atendimento a crianças de 0 a 5 anos e 11 meses de idade, neste contexto emergencial, bem como aspectos que se relacionam a este atendimento. De qualquer modo, esclarecemos que todos os protocolos gerais apresentados anteriormente neste documento também devem ser seguidos pelas Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEI).

- rever o quantitativo de profissionais, considerando a diminuição dos quadros de profissionais das escolas devido ao número de profissionais em situação de risco, a necessidade de constante orientação das crianças e suas famílias, a modulação do período emergencial e a nova divisão dos espaços;
- rever o quantitativo de crianças por turno e por metro quadrado dos espaços destinados às suas atividades, assim como banheiros, parques etc.;
- reorganizar horários de entrada e saída das crianças e sinalizar a calçada, a fim de evitar aglomeração;



- estabelecer o uso obrigatório de máscara para crianças a partir de 2 anos;
- considerar que a movimentação dos grupos ficará restrita à sala de referência e aos pátios abertos, levando em conta uma organização que evite o encontro dos grupos durante brincadeiras e atividades;
- disponibilizar para uso somente brinquedos que possam ser lavados e higienizados com água, sabão e álcool 70%, lembrando que a higienização deverá ocorrer antes e após as brincadeiras;
- estabelecer que os livros de tecido, plástico e pano sejam manuseados exclusivamente pelas professoras;
- servir as refeições exclusivamente na sala de referência dos grupos, para evitar aglomeração;
- observar a necessidade de que cada criança deverá ter sua garrafinha de água, bem como seu copo para suco, e esses objetos deverão estar identificados com o nome da criança;
- informar aos responsáveis que deverão buscar as crianças imediatamente, caso apresentem qualquer enfermidade;
- reorganizar o horário de descanso das crianças, considerando a necessidade de nova disposição dos colchonetes, bem como sua higienização antes e depois do uso;
- informar aos responsáveis que as crianças não poderão frequentar a escola caso apresentem os seguintes sintomas: febre, dor de cabeça, tosse, cansaço, coriza, náusea, vômito, diarreia, perda de olfato e paladar, dor muscular, calafrio ou obstrução nasal;
- elaborar plano de retorno local, considerando que as propostas pedagógicas devem levar em conta o bem-estar das crianças, suas demandas emocionais, físicas, sociais e cognitivas, ajudando-as a compreender a importância do cuidado de si e dos outros;

- contemplar, acolher e planejar ações na escola a partir das narrativas das crianças, seus olhares, seus sentimentos acerca das alterações das suas rotinas e ouvir suas opiniões e sugestões;
- considerar como essencial as interações que as crianças estabelecem com os adultos e com seus pares, pois são a base para sua aprendizagem e desenvolvimento;
- privilegiar atividades em espaços abertos (pátios, jardins etc.) em pequenos grupos.



### 5.1.2 A questão do atendimento na Educação Especial

A educação especial perpassa todas as etapas e modalidades de ensino, devendo suas especificidades serem consideradas em todas elas. Devido aos riscos e à situação de vulnerabilidade que as pessoas com deficiência enfrentam diante da real necessidade de controle do contágio pela COVID-19, no país e no mundo, propomos um protocolo de retorno às aulas específico para este público. Cabe esclarecer que, segundo o art. 11 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), estruturado como emenda constitucional por meio do Decreto nº 6.949/2009, e o art. 10, parágrafo único, da Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão), as pessoas com deficiência são consideradas vulneráveis em caso de risco, emergência ou calamidade, cabendo ao Poder Público adotar medidas para sua segurança e proteção. Sendo assim, o retorno à rotina escolar deve considerar as peculiaridades que expõem essas pessoas a um maior risco de contaminação pelo Coronavírus nas atividades escolares, no uso de transporte, na possível dificuldade de uso dos EPI e na mobilidade e circulação pelos espaços e diferentes ambientes.

Neste sentido, em decorrência da necessidade do constante contato físico (uso frequente das mãos, como principal recurso para exploração dos ambientes por pessoas cegas, com baixa visão e deficiência intelectual; necessidade do toque das mãos no rosto como ação inerente ao uso da língua brasileira de sinais; manipulação de objetos de tecnologia assistiva, como bengalas, cadeiras de rodas, muletas, andadores, material em braile), os estudantes com deficiência fazem parte do grupo de risco, tendo ainda o agravante de muitos apresentarem doenças crônicas, cardíacas, respiratórias ou outra comorbidade que possa comprometer a saúde e o sistema imunológico. Acrescenta-se, ainda, a exposição a bancadas, mesas, corrimãos, que são considerados apoios importantes para algumas pessoas com deficiência, caracterizando-se como meios potenciais de contaminação. Aponta-se também a dificuldade de higienização por parte de alguns estudantes com deficiência física, intelectual ou com Transtorno do Espectro Autista.

Diante das peculiaridades destacadas, há alto grau de dificuldade em manter distanciamento social e frequente higienização das mãos destes estudantes. Desse modo, levando em consideração a vulnerabilidade do público em questão e a garantia de direito à educação sem qualquer prejuízo em razão de discriminação, segue proposta de retorno com etapas estabelecidas juntamente com a SMS/FMS dependente das avaliações de situação de contágio e contenção realizadas, com frequência, por equipe especializada:

- os estudantes com deficiência do Ensino Fundamental darão início ao processo de retorno às aulas, na última etapa de retorno presencial, junto com a Educação Infantil;
- os estudantes com deficiência do Ensino Fundamental do 3º e 4º ciclos retornarão primeiro e, após avaliação da situação epidemiológica, os de 1º e 2º ciclos terão o retorno garantido, sempre em situação de extremo controle, observando as especificidades de cada um;
- após o retorno do Ensino Fundamental, os estudantes com deficiência da Educação Infantil retornarão às aulas, também em sistema de rodízio, com horário reduzido;

- os estudantes com deficiência da Educação Infantil que retornarem às aulas presenciais deverão contar com o acompanhamento dos seus respectivos familiares e médicos;
- os estudantes com deficiência terão aulas nas salas de aula e nas salas de recursos multifuncionais, em horário reduzido, respeitando as exigências de distanciamento e capacidade dos espaços escolares;
- os estudantes com deficiência participarão de rodízio nas salas de aula, de acordo com as determinações de limitação de espaços estabelecidas pela SMS/FMS;
- quando não estiverem em aula presencial em suas respectivas unidades de educação, os estudantes com deficiência participarão de aulas remotas com seus respectivos professores de apoio ou receberão atividades dos professores regentes e professores das salas de recursos, respeitando suas condições cognitivas, de comportamento e linguagem;
- as aulas remotas serão realizadas pelos professores de apoio, das salas de recursos multifuncionais e de professores regentes, e poderão ser gravadas ou ao vivo, de acordo com a decisão dos profissionais envolvidos, juntamente com os responsáveis pelos estudantes.



## 5.2 Organização das unidades de educação para o atendimento

O retorno presencial, após a liberação das autoridades sanitárias do município e as devidas adequações realizadas nos espaços físicos, ocorrerá de modo gradual, em diferentes etapas, com base no estudo citado anteriormente, objetivando a segurança de profissionais e estudantes. Até o início de sua efetivação, as unidades de educação constituirão seus Planos Locais, considerando as seguintes ações:

- promover o acolhimento de profissionais e estudantes, zelando por seu estado de saúde (físico e emocional);
- realizar estudo sobre os espaços da unidade de educação que podem ser utilizados como sala de aula, comparando-o com o estudo da SEMECT/FME, para adequações de um ou de outro;
- reorganizar os GR de acordo com as divisões necessárias (ex.: GR1A1, GR1A2, GR1A3);
- elaborar cronograma de retorno gradual, de acordo com a capacidade de atendimento alinhada às orientações de segurança;
- cancelar todas as atividades previstas que gerem aglomeração de pessoas;
- iniciar as atividades presenciais com horário reduzido, pela necessidade de adaptação de profissionais e estudantes à nova dinâmica (iniciar com o período de 3 horas diárias, por turno, e avaliar a possibilidade de ampliação no decorrer do processo); isso vale também para as unidades que até a interrupção das atividades exerciam o atendimento em período integral, visto que a diminuição do horário permitirá atender à redistribuição dos grupos e à redução do tempo de permanência dos estudantes nos espaços escolares;



- adaptar e diminuir os tempos das atividades, assegurando que aconteçam em pequenos grupos;
- reconsiderar a divisão de carga horária por disciplina (3º e 4º ciclos, incluindo a modalidade EJA), através de projetos integrados, para o cômputo geral das 800 horas letivas;
- retornar o atendimento à EJA sob a forma de monitoria, considerando a impossibilidade de higienização do ambiente para a manhã seguinte;
- utilizar atividades remotas como complemento das atividades presenciais (ou como recurso para os estudantes ainda não incluídos no rodízio presencial);
- oferecer o atendimento remoto para os estudantes com deficiência, que não poderão retomar o atendimento presencial imediatamente, pois pertencem ao grupo de risco, conforme descrito em seção específica;
- organizar entregas e recebimentos de materiais dos estudantes (individuais), com cronograma para distribuição e recolhimento, evitando aglomerações;
- definir sinalizações visíveis e amplas para promover o distanciamento social nos diversos espaços da escola;
- reorganizar os espaços, obedecendo ao protocolo sanitário (mesas e cadeiras no formato tradicional, em fileiras; manutenção de lugares fixos para os estudantes; diminuição do número de decorações e objetos não necessários);
- definir a disposição de produtos para higienização;
- definir normas de acesso e uso dos espaços comuns;
- organizar fluxo de entrada e saída dos estudantes de modo alternado, bem como o escalonamento dos horários de recreação e intervalos, considerando agrupamentos por faixas etárias;
- organizar regras, meios e horários alternados para atendimento à comunidade escolar;
- organizar o fluxo de profissionais da educação, a oferta da alimentação escolar e o uso de banheiros;



- contribuir para o processo de reorganização do projeto político-pedagógico e do currículo, conforme orientações da SEMECT/FME;
- contribuir para a reorganização e divulgação do novo calendário escolar;
- suspender atividades práticas que envolvam manipulação de objetos;
- verificar se todas as medidas sanitárias estão sendo cumpridas por todos que frequentam o ambiente escolar.

Embora estejam enumeradas aqui algumas ações, vale dizer que as unidades de educação podem elencar outras em seus Planos Locais, caso seja necessário.



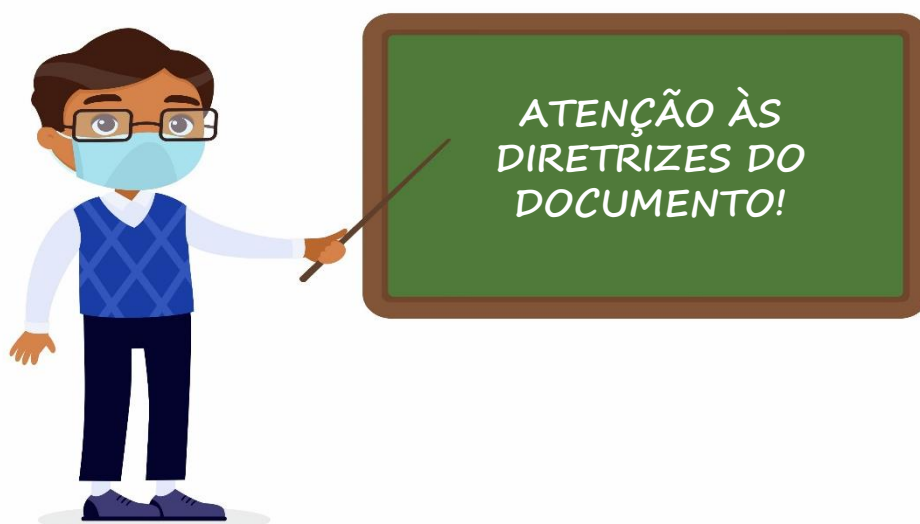
### 5.3 Quadro de profissionais no período emergencial

Para garantir a isonomia no atendimento educacional, o quadro de profissionais será analisado pela SEMECT/FME, junto às Equipes de Articulação Pedagógica (EAP) de cada unidade de educação, quanto às condições de retorno às aulas presenciais, ao contingente de profissionais em relação ao atendimento dos estudantes, à reorganização dos GR e ao escalonamento da jornada de trabalho presencial. A retomada das atividades presenciais poderá obedecer a novas organizações de trabalho, conforme as necessidades identificadas.

Durante as excepcionalidades geradas pela pandemia de COVID-19, será admitida a realização de trabalho remoto (quando o cargo permitir), como complementação de carga horária do trabalho presencial. O trabalho remoto obedecerá às orientações e aos prazos estabelecidos pela EAP de cada unidade de educação, observando as especificidades de cada atividade em relação ao cargo dos profissionais.

A carga horária de trabalho de cada profissional poderá ser reorganizada, de acordo com o atendimento educacional de cada escola, observando:

- o escalonamento de atendimento aos ciclos;
- a nova divisão de grupos de referência;
- os novos critérios de distanciamento social;
- as diretrizes e prioridades estabelecidas no presente documento.



### 5.3.1 Condições especiais para os grupos de risco

Os profissionais que fazem parte do grupo de risco poderão solicitar sua permanência em casa, em regime de trabalho remoto (quando o cargo permitir).



Nos casos em que o cargo não permitir a realização de trabalho remoto, o profissional que se encontra no grupo de risco deverá entrar em contato com o Departamento Pessoal da FME para obter informações sobre o encaminhamento da situação.

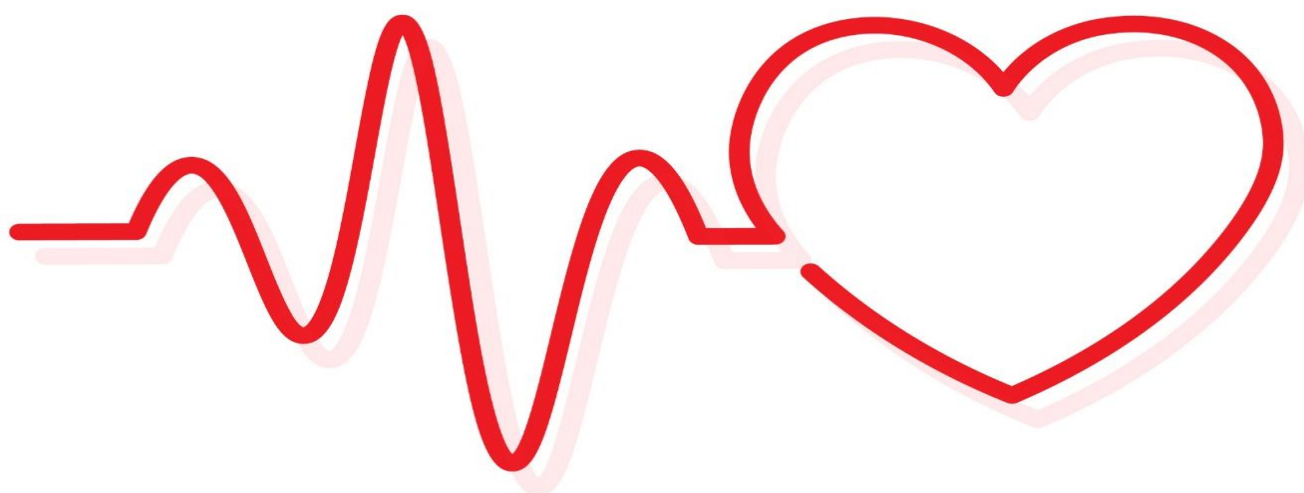
Incluem-se na categoria de risco pessoas que apresentam:

- cardiopatias graves ou descompensados (insuficiência cardíaca, cardiopatia isquêmica, arritmias);
- pneumopatias graves ou descompensados (em uso de oxigênio domiciliar, asma moderada/grave, doença pulmonar obstrutiva crônica – DPOC);
- imunodepressão;
- doenças renais crônicas em estágio avançado (graus 3, 4 e 5);
- diabetes mellitus, conforme juízo clínico;
- obesidade mórbida (IMC maior ou igual a 40);
- doenças cromossômicas com estado de fragilidade imunológica (ex.: Síndrome de Down);
- gestação, puerpério (resguardo);
- idade igual ou superior a 60 anos.

Em relação aos profissionais com idade igual ou superior a 60 anos, apresenta-se o seguinte quadro geral para a Rede Municipal de Educação (incluindo UMEI), que poderá ser verificado por cada unidade de educação, no momento que detalharem seus quadros individuais:

QUADRO RESUMO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E UNIDADES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL																																	
TOTAIS	AGENTE DA ADMSTRAÇÃO EDUCACIONAL		AGENTE DE COORDENAÇÃO DE TURNO		AGENTE EDUCADOR INFANTIL		ASSISTENTE DA ADMSTRAÇÃO EDUCACIONAL		AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS		AUXILIAR DE PORTARIA		BIBLIOTECÁRIO		MERENDEIRO		ORIENTADOR EDUCACIONAL		PROFESSOR I		PROFESSOR I APOIO ESPECIALIZADO		PEDAGOGO		PROFESSOR II		SUPERVISOR EDUCACIONAL		OUTROS		SOMA		
	17		6		0		1		22		9		1		50		2		107		15		2		48		7		3				
	1		2		2		0		4		3		0		31		4		72		0		2		0		1		0				
	18		8		2		1		26		12		1		81		6		179		15		4		48		8		3				
	Total por Cargo em EM		17		6		0		1		22		9		1		50		2		107		15		2		48		7			3	
	Total por Cargo NAEI/UMEI		1		2		2		0		4		3		0		31		4		72		0		2		0		1			0	
	TOTAL DA REDE		18		8		2		1		26		12		1		81		6		179		15		4		48		8			3	

Além das condições apontadas anteriormente, podem ser observadas e acrescentadas outras, determinadas pelo Ministério da Saúde, na delimitação do grupo de risco.





## **6 REORGANIZAÇÃO DO ANO LETIVO**

A fim de concretizar os estudos de retomada das atividades, propõe-se, a seguir, a reorganização do calendário do ano letivo, da proposta curricular para o período emergencial e das práticas pedagógicas, observando-se as normativas vigentes e os protocolos sanitários já citados.

### 6.1 Reorganização do ano letivo

De acordo com os Art. 23, 24 e 32 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), inscrita com o nº 9.394/1996, a Medida Provisória nº 934/2020, o Parecer nº 05/2020 do Conselho Nacional de Educação (CNE), o Decreto Municipal de nº 13.604/2020 e a Portaria nº 087/2011 da SEMECT/FME, as propostas para reorganização do calendário escolar de 2020 são:

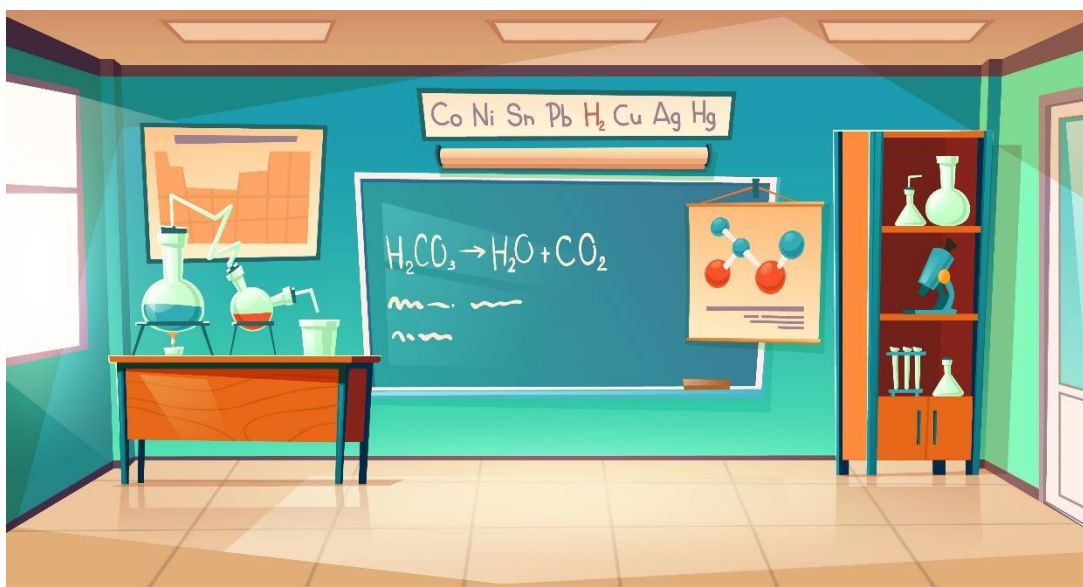
- retomada do atendimento presencial, considerando a prévia anuência das autoridades sanitárias municipais;
- projeção de cumprimento das 800 horas letivas, com utilização de sábados letivos, remanejamento de férias e recessos escolares;
- contabilização do período cumprido da abertura do ano letivo até o dia 16 de março, data em que as atividades escolares municipais foram suspensas;
- extensão do período letivo de 2020 até o ano de 2021.





Ainda sobre o calendário, mas especificamente em relação à EJA, devido às suas particularidades, propõe-se:

- cancelamento do primeiro semestre na EJA, pois, em vista da particularidade de organização da modalidade não haverá possibilidade de reposição;
- alteração do horário escolar, com a sugestão de início às 18h30min e término às 21h;
- frequência escolar limitada a 3 vezes por semana, sendo os dias estipulados pela EAP da unidade de educação. Cada uma pode gerenciar a frequência de acordo com o quantitativo de estudantes, sendo esta ação supervisionada pela Coordenação da EJA da SEMECT/FME;
- oferecimento de sábados letivos realizados com o Projeto de Ciências “Experimentos Científicos”, de forma presencial, utilizando laboratórios de ciência da unidade de educação, e, simultaneamente, salas de aulas, respeitando o protocolo necessário. Além dos 3 dias previstos na 2ª proposta, as unidades de educação farão a programação de sábados letivos com esta finalidade. A atividade será desenvolvida por professores regentes e estagiários de Ciências da EJA, a fim de dar continuidade ao projeto existente na modalidade, proporcionando aos estudantes um momento lúdico de aprendizagem da alfabetização científica.



## 6.2 Sobre as atividades

A retomada da convivência social no espaço escolar implica a adaptação às novas formas relacionais de cuidados próprios, com os outros e com o ambiente. Sendo assim, as atividades realizadas devem incluir momentos de acolhimento, orientações, avaliação do período de restrição social e adequações à proposta curricular emergencial, descrita mais adiante. A avaliação contínua das ações será fundamental para tomada de decisões sobre a ampliação ou o recuo do atendimento.

Deste modo, relacionam-se as seguintes recomendações:

- organização dos tempos e espaços escolares, considerando a proposta curricular emergencial;
- elaboração de plano de ação local, considerando as especificidades de cada unidade de educação;
- realização de avaliação diagnóstica;
- levantamento sobre a efetividade da oferta de atividades não presenciais durante o período de suspensão das aulas;
- consideração da lógica de organização por ciclos para o desenvolvimento dos objetivos propostos;
- reagrupamento entre os estudantes com objetivos de avanços na aprendizagem;
- avaliação das atividades realizadas remotamente;
- registros do processo de desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes com vistas a dar continuidade, no ciclo subsequente, aos objetivos não alcançados;
- avaliação do processo educativo para planejamento do próximo ciclo;
- adaptação do diário de classe no Sistema de Gestão Escolar (SGE) para registro das horas letivas.





# **7 CURRÍCULO E AVALIAÇÃO NO PERÍODO EMERGENCIAL**

Para responder às demandas contextuais da pandemia que impactou o cotidiano das escolas em suas produções curriculares, buscaremos conjugar a necessidade de elaboração de um currículo emergencial com as produções curriculares instituintes que surgirão neste processo. Ressaltamos que os currículos emergirão deste novo contexto, com a proposta de temáticas de cada unidade escolar.

No caso do 1º e 2º anos de escolaridade, este currículo será constituído por cada escola, considerando que o processo inicial de alfabetização demanda atender às crianças em suas diferentes necessidades e contextos. Para o 3º, 4º e 5º ano, propõe-se a parceria entre escolas e Diretoria de 1º e 2º ciclos. Já para o 6º, 7º, 8º e 9º anos de escolaridade, um professor representante de cada disciplina será indicado por todas as unidades de educação para que, em comunicação com os coordenadores pedagógicos da Diretoria de 3º e 4º ciclos, contribuam na construção de um currículo emergencial para cada ano de escolaridade. Salienta-se que as diferentes dinâmicas propostas para a elaboração deste currículo considerarão aspectos pedagógicos a serem desenvolvidos por estudantes com ou sem deficiência, dos grupos da Aceleração das Aprendizagens e dos demais grupos de referência, seja no atendimento presencial, seja no atendimento remoto.

Em relação à EJA, propõe-se que cada unidade de educação, sob o acompanhamento de sua EAP, dê ênfase a objetos de conhecimentos emergenciais de Língua Portuguesa (letramento) e de Matemática (alfabetização matemática), nos 1º e 2º ciclos, de acordo com o Referencial Curricular, afim de proporcionar aos estudantes saberes significativos, que possibilitem a continuidade de seus estudos, diante da excepcionalidade que vivemos. No 3º e no 4º ciclo desta modalidade, propõe-se a análise e a seleção destes objetos pelas unidades de educação, sob o acompanhamento de sua EAP e da Coordenação da EJA, com o objetivo de oferecer aos estudantes aprendizagens que desenvolvam competências no interior do ciclo e que possibilitem a continuidade de estudos no ciclo subsequente ou os habilitem a ingressar no Ensino Médio.



A construção de um currículo emergencial sugere a escolha de temas para a continuação do processo de aprendizagem, colaborando, também, para a produção de materiais, como novos volumes dos cadernos pedagógicos *Caminhos de Aprendizagens*, para o uso dos estudantes de cada ano de escolaridade. Destaca-se, contudo, que tal construção não deve limitar, mas sim fazer emergir novos temas nas produções curriculares locais, durante o processo pedagógico, integrando e compondo a produção inicial.



## 7.1 Novos Caminhos de Aprendizagens

Em consonância com a construção de um currículo diferenciado, tal como descrito no item anterior, propõe-se a elaboração e utilização de novos volumes dos cadernos pedagógicos *Caminhos de Aprendizagens*, tendo em vista a necessidade do cumprimento de atividades remotas.

Na mesma direção da construção do currículo, os volumes de 1º e 2º anos serão produzidos pelas unidades de educação; os volumes de 3º, 4º e 5º anos serão feitos em parceria entre escolas e Diretoria de 1º e 2º ciclos; e os volumes de 6º, 7º, 8º e 9º anos, contemplando todos os componentes curriculares, serão elaborados pelo grupo de professores representantes das disciplinas e seus respectivos coordenadores. A Aceleração das Aprendizagens será contemplada com o volume dos anos iniciais do ciclo, tendo em vista que o currículo emergencial apontado na seção anterior já leva em conta aspectos pedagógicos referentes a este tipo de atendimento.

Em relação aos estudantes com deficiência, propõe-se que cada unidade de educação, com seus professores de apoio especializado e/ou professores das salas de recursos multifuncionais, elabore atividades de acordo com o Plano Educacional Individualizado (PEI), considerando, ainda, sua necessidade de acessibilidade.

Salienta-se que este material se caracteriza como um suporte para as atividades remotas, que precisarão existir, ainda que o atendimento presencial se concretize sem interrupções, tanto para complementação de carga horária, quanto para atender ao rodízio de estudantes, de acordo com as necessidades de distanciamento social nos espaços escolares.



## 7.2 Práticas pedagógicas

Em termos específicos, apresentam-se como propostas:

- atividades remotas: elas se apresentam como uma alternativa para minimizar a defasagem de aprendizagem e como possibilidade de diminuir a reposição presencial ao término da situação de calamidade;
- elaboração de materiais em parceria com as escolas para compor os cadernos pedagógicos *Caminhos de Aprendizagens*, a partir do 2º ciclo, incluindo a modalidade EJA;
- elaboração de materiais para o 1º ciclo (incluindo a EJA) de responsabilidade da escola, considerando a importância da mediação no processo de apropriação da leitura e da escrita;
- elaboração de materiais pelos professores de apoio e professores das salas de recursos, considerando as adaptações necessárias aos estudantes com deficiência;
- criação de modos de mediação dos estudantes com o material e o professor (roteiros de estudo, vídeos explicativos etc.);
- acesso digital para os estudantes (possibilidades: providenciar pacote de dados, chip, convênio com televisão etc.);
- disponibilização de plataformas digitais para mediação pedagógica;
- preferência dada ao material físico, como garantia de acesso a todos os estudantes;
- registro do uso do material com objetivos de aprendizagem e projeção de carga horária destinada à sua realização, relacionando-a às atividades diárias;
- acompanhamento do uso dos materiais, através de contato virtual com os responsáveis e estudantes, considerando, também, a sua devolução, para o acesso a novos materiais;





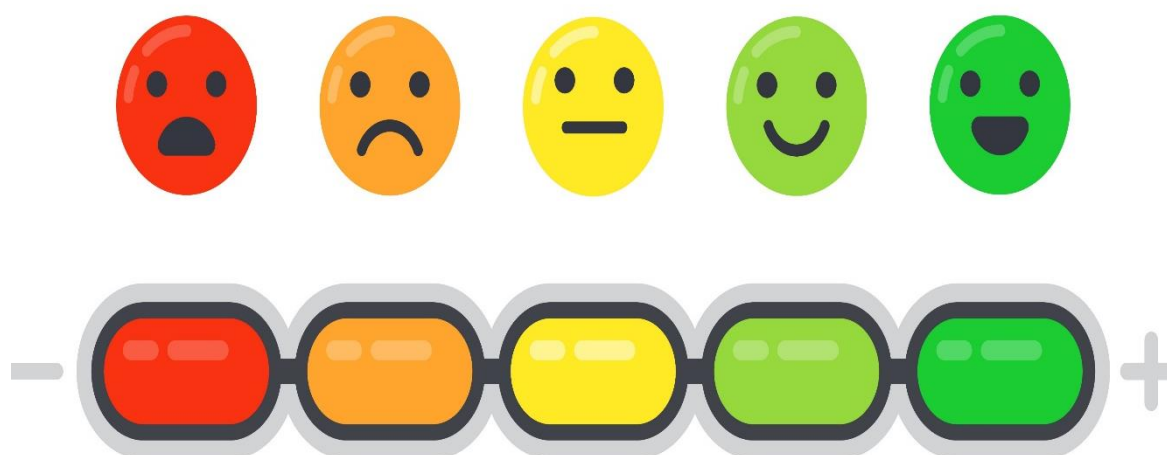
- atenção aos casos de estudantes que não conseguirem participar, procurando fazer contato para informações e projeção de atendimento diferenciado no retorno presencial;
- utilização de instrumentos variados para avaliação da aprendizagem, incluindo a autoavaliação.

### 7.3 Avaliação diagnóstica

Considera-se a importância de um processo avaliativo como forma de orientar as ações de reorganização curricular no período inicial de retorno. Sendo assim, sugere-se que cada unidade de educação faça a avaliação diagnóstica dos estudantes, a partir de diferentes instrumentos, de acordo com as especificidades de cada grupo de referência.

Os resultados registrados devem levar em consideração os conhecimentos, as dificuldades e as potencialidades de cada estudante, fornecendo informações relevantes para a proposição de ações que contemplem a realidade encontrada.

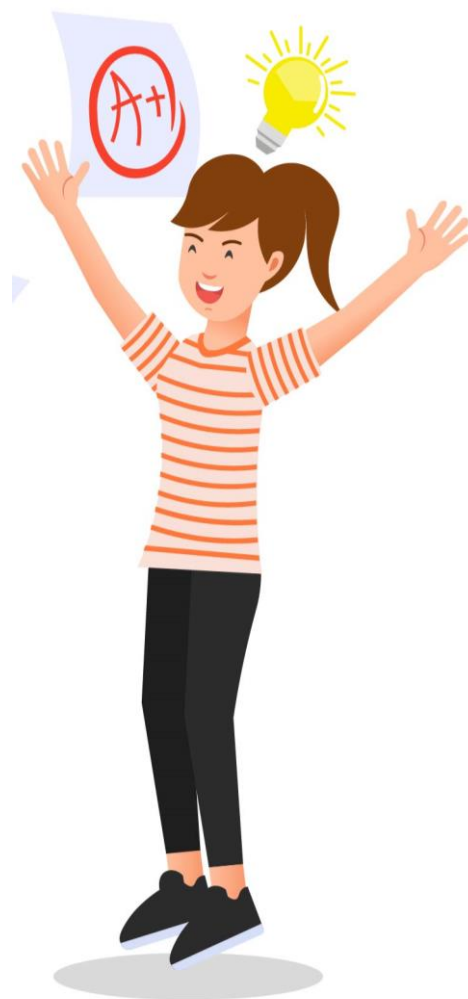
Ao término do período letivo, a SEMECT/FME orientará um processo avaliativo a ser realizado por toda a Rede Municipal de Educação, de forma a construir estratégias administrativas e pedagógicas que deem subsídios para a continuidade do enfrentamento dos desafios postos pelo contexto vivido.



### 7.3.1 Avaliação na Progressão Parcial

No contexto do 3º e 4º ciclos, a Progressão Parcial de 7º ano terá 3 atividades avaliativas, com questões retiradas dos cadernos pedagógicos (postados no Portal Educacional). De acordo com a deliberação nº 025/2013 do Conselho Municipal de Educação (CME), o estudante poderá ser liberado após 2 atividades bem sucedidas (das 3 oferecidas). Essas atividades serão organizadas pela Coordenação da Progressão Parcial da SEMECT/FME, para posterior disponibilização às unidades de educação. Tal proposta objetiva otimizar o atendimento e a devolutiva dos resultados das avaliações realizadas pelos estudantes, na impossibilidade de retorno às atividades presenciais, tendo em vista o momento atual. Tenta-se, assim, evitar maiores prejuízos à vida escolar dos estudantes com pendências em disciplinas do 7º ano.

Em relação à Progressão Parcial de 9º ano, haverá atendimento aos estudantes através de contatos telefônicos, para dirimir dúvidas. Também serão disponibilizados, de maneira remota, módulos de atividades. Seguindo a deliberação do CME já citada, o estudante com a realização de 2 módulos bem sucedidos, na disciplina em que está com pendências, será liberado da Progressão Parcial, não necessitando realizar o 3º módulo (antes da pandemia os estudantes realizavam os 3 módulos). O material permanecerá sendo corrigido pelos coordenadores das disciplinas. Dado o término, as declarações de conclusão da Progressão Parcial serão disponibilizadas por vias remotas.





## **8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Enfrentamos, mundialmente, uma emergência de saúde pública sem precedentes causada pela pandemia de COVID-19. Passamos por momentos de riscos, inseguranças, fragilidades, sendo obrigados a adotar outro modo de vida, a começar por uma longa experiência de confinamento, às vezes, vivenciando perdas dolorosas. Neste contexto, um processo de transição da quarentena para a retomada das atividades presenciais possui muitas dimensões e etapas, não podendo se realizar sem abrir espaço para estas experiências, visto que não vivemos uma situação normal.

Deste modo, acreditamos que o primeiro contato com a comunidade escolar deve envolver, sobretudo, a prática de acolhimento. Acolher é uma questão ética, que envolve a escuta sensível do outro, uma escuta em que se deixa afetar e em que se é afetado pelo outro, além de permitir a legitimação das diferentes experiências. É o gesto com o qual afirmamos e reafirmamos que estamos juntos e que vamos passar por isso juntos.

Nesta perspectiva, buscamos planejar, junto com as unidades de educação, cada uma com seu Plano Local, baseado nas diretrizes expostas neste documento, a volta às atividades escolares presenciais, de maneira gradual, ainda que sejam necessárias também as atividades remotas, tanto para o caso de estudantes quanto para o caso de profissionais.

Começaremos pelo retorno dos estudantes do Ensino Fundamental, incluindo a EJA, a partir da dinâmica de rodízio, a fim de que se assegurem as medidas sanitárias e, ao mesmo tempo, que todos passem pelo ambiente escolar periodicamente, permitindo o fortalecimento do vínculo socioafetivo de toda a comunidade escolar.

No primeiro momento, estudantes da Educação Infantil e da Educação Especial não poderão ser atendidos presencialmente, por conta de suas especificidades, descritas neste documento. Eles voltarão a participar das atividades presenciais somente na última etapa de retorno, quando as autoridades sanitárias de Niterói autorizarem. Enquanto isso não acontecer, estes estudantes serão assistidos remotamente, pelos seus professores, mantendo o vínculo com sua unidade de educação.

Portanto, na Rede Municipal de Educação de Niterói, excepcionalmente no contexto emergencial da pandemia de COVID-19, haverá a concomitância de atividades presenciais e remotas, caracterizando um trabalho pedagógico híbrido, que objetiva atender a todos seus estudantes. A SEMECT/FME busca, com este trabalho, garantir segurança à saúde e o direito à educação.

